

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2019

Aos 20 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove pelas nove horas e trinta e dois minutos no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 1ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais: Tânia Gil da Rocha Lemos e Décio Manuel Lourenço Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista:

Ana Maria Sousa de Lima Borges, Anastácia Maria Escórcio Fins, António Toledo Alves, Artur da Câmara Machado, Carlos Manuel Pereira Martins, Davide Gabriel Cabral dos Reis, Décio Manuel Lourenço Santos, Francisco Alberto Barcelos Trovão, Hélio Manuel Melo Vieira, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, Isabel Maria Diniz Berbereia, João Luís Sanchez dos Santos, José Carlos Ponte dos Santos, José Fraga Ferreira Machado, Marco Paulo Vieira Alves, Maria de Fátima Soares Fernandes Ferreira, Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba, Miguel Reis e Sousa, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Rui Manuel Pacheco Lopes, Tânia Gil da Rocha Lemos, Valdeci Purim.

Grupo de Cidadãos “Todos Somos Sé”:

Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa.

Grupo Municipal do Partido Social democrata:

Agostinho Guilherme Aguiar Pires, Cesário Alberto Ferreira Pamplona, Délio Francisco Freitas Ormonde Borges, Filipe Jorge Silva Almeida, Francisco Manuel Leonardo dos Santos, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Guilherme Duarte Brasil, Luís Manuel Mendes Leal, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Mário José Martins Cardoso, Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel, Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP:

Brites Baldaia Rego Botelho Mendonça Cunha, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

Câmara Municipal:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: António Miguel Arieiro Gonçalves Bezerra, Guido de Luna da Silva Teles, José Gaspar Rosa de Lima, Paulo Alexandre Silva Lima, Raquel Gomes Caetano Ferreira, Rita Olaio de Mendonça Andrade.

Posta à discussão sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da sessão de 23 de novembro de 2019 foi aprovada por maioria com uma abstenção.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente e colocou-o à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar.

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se registaram intervenções por parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Bom dia senhor presidente da Mesa e senhora secretária, senhor presidente da Câmara e ilustre vereação, senhoras e senhores deputados municipais. Temos vindo a discutir nesta Assembleia um conjunto de dificuldades inerentes ao desenvolvimento económico do concelho devido a problemas antigos e cada vez mais estruturantes relacionados com as acessibilidades à ilha Terceira de pessoas, cargas, bens e serviços de que tanto necessitamos, uma situação que se tem vindo a agravar por força de um conjunto de circunstâncias e tomadas de decisão que têm a ver com empresas públicas e com o papel decisório regional que afeta todo o sistema na região com consequências para a ilha Terceira.

Registo a entrevista dada pelo senhor presidente da Câmara a uma rádio local e transcrita no Diário Insular, na qual salientou que a ilha Terceira não poderia ser jamais um satélite do *hub* aéreo de Ponta Delgada mas, apesar das pronúncias do Conselho de Ilha e daquela célebre pronúncia unânime emanada por esta Assembleia Municipal, mantêm-se e têm-se até agravado os mesmos problemas inerentes aos transportes e acessibilidades.

A SATA tem vindo a reduzir a sua operacionalidade na ilha Terceira que possui apenas três ligações semanais com Lisboa e duas com o Porto através da empresa pública regional. Houve uma reestruturação das ligações com o continente americano em que o aeroporto de Ponta Delgada saiu reforçado e o aeroporto das Lajes ficou claramente prejudicado obrigando a que todos os açorianos tenham que rodar pelo tal *hub* aéreo de Ponta Delgada. A Graciosa, a única ilha do grupo central do arquipélago que não tinha ligações diretas com a ilha de S. Miguel, já exige que as mesmas sejam criadas porque nem os graciosenses querem passar pela ilha Terceira para coisa alguma, nem sequer para virem ao hospital.

Não se concretizou o anúncio de certificação da nossa pista que visava o aumento de companhias aéreas e o dinamismo do nosso aeroporto, para não falar da mal explicada situação da Delta Airlines em que o ex-embaixador referiu por escrito que os voos daquela companhia para Ponta Delgada seriam uma contrapartida do *downsizing* da Base das Lajes e mais tarde deu-se o dito por não dito porque sabemos que uma companhia aérea como a Delta não escolhe destinos ao acaso.

É muito estranho que se reforcem as ligações diárias para Ponta Delgada e não tenha havido a capacidade de reivindicação de um único voo da Delta Airlines para a ilha Terceira. Não quero com isto dizer que se retire o que quer que seja a Ponta Delgada porque uma camisa lavada nas costas dos outros não nos faz mal algum desde que nela não conste o nosso nome e possamos vestir a nossa própria camisa. É estranho que se sucedam anúncios e manifestações de eventuais boas vontades para a ilha Terceira enquanto na prática isto vai ficando cada vez pior. O município mais importante do grupo central do arquipélago dos Açores vê a ilha onde se insere cada vez mais afastada das decisões que se recentram mais a oriente onde tudo se decide.

Gostaria de obter algumas explicações por parte do senhor presidente da Câmara a respeito destas e de outras decisões difíceis de explicar como, por exemplo, o misterioso caso da fábrica de automóveis elétricos que estava anunciada para a ilha Terceira pela SDEA (Sociedade de Desenvolvimento Empresarial dos Açores) e acabou por ser anunciada para a ilha de S. Miguel.

Tivemos recentemente o anúncio do projeto escolhido para as obras de remodelação e construção de uma rampa *ro-ro* no Porto das Pipas mas esperava-se que, dali a pouco tempo, se atirasse ao menos uma pedrinha daquelas que saltam nas ondas do mar com alguma coisa escrita a anunciar o início das obras. Houve uma apresentação pública mas o Porto das Pipas lá se vai mantendo igual ao que estava.

Senhor presidente, independentemente das questões internas de gestão de área do município e dos temas do dia a dia, é necessário compreender o papel de reivindicação e liderança política que V. Exa. querera ou não exercer como presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Os vereadores do PSD têm apresentado votos de protesto e dado conta de um conjunto de preocupações que não têm colhido a votação favorável do senhor presidente nem dos seus vereadores na forma de um voto formal consubstanciado por uma aprovação unânime nas reuniões de Câmara.

Percebo que o senhor presidente da Câmara tenha uma maneira diferente de trabalhar mas não sei qual é. Independentemente do programa eleitoral, da matriz política de cada um e dos entendimentos possíveis de alcançar nesta Assembleia e no Conselho de Ilha, está em causa o prejuízo direto dos interesses da ilha Terceira e do concelho que representamos. Se estas questões não forem resolvidas, muitas outras se seguirão, nomeadamente ao nível da economia e do conseqüente despovoamento porque os casais jovens vão saindo por falta de condições. Vamos ter uma migração em massa de todas as ilhas para S. Miguel onde se constroem as fábricas dos automóveis elétricos, as acessibilidades e um conjunto de coisas que não vão sendo construídas na ilha Terceira por mais que as reivindicamos. Não se trata de birrinhas, apenas queremos ver satisfeitas as necessidades da segunda maior realidade económica e social da região.

Sr. presidente da Mesa: – Visto que o senhor deputado municipal Durval Santos se encontra ausente da região por motivos de doença, peço ao senhor deputado municipal Décio Santos que se desloque até à Mesa para secretariar os nossos trabalhos.

Sr. presidente da Câmara: – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, minhas senhoras e meus senhores. Apesar de provir da bancada do PSD, revejo-me em vários aspetos desta intervenção. Como já tive oportunidade de o manifestar em diversos órgãos incluindo a última reunião do Conselho de Ilha, são situações óbvias e patentes que a todos preocupam. Partilho boa parte destas preocupações que têm estado no centro da ação política da Câmara e nos diversos órgãos onde temos assento com objetivos confluentes com os que aqui foram apresentados pelo senhor deputado Luís Rendeiro. São palavras bonitas mas é com resultados que vivemos, por isso temos a obrigação de os apresentar.

No que respeita ao Porto das Pipas, no dia da apresentação, a senhora secretária regional garantiu que o projeto ficaria pronto durante o mês de fevereiro que ainda não acabou, por isso lhe damos o benefício da dúvida nem que seja por mais uma semana, e espero que esta questão fique rapidamente resolvida e ultrapassada.

Não pretendo fazer afirmações sem fundamento e desconheço o destino da fábrica de automóveis elétricos que provavelmente será semelhante ao da célebre fábrica dos isótopos que começou na Terra Chã e acabou no Banco João de Castro, ou seja, até hoje não surgiu em lado nenhum.

Decorreu nesta mesma sala uma reunião em que recebi os promotores acompanhados por uma representação da SDEA. Apresentaram a sua ideia, da nossa parte foi referida a política do município em relação a grandes investimentos que possam gerar emprego e manifestámos o nosso interesse porque temos terrenos disponíveis a sul do aterro sanitário e disponibilizámos todo o apoio logístico para os senhores fazerem o seu investimento se assim o entenderem. Ficou combinado que numa reunião seguinte apresentariam as suas necessidades específicas e

surgiu a necessidade de o município fornecer um pavilhão com determinadas características mas não me parece que a autarquia deva contribuir com infraestruturas para esta entidade porque assim teríamos que o fazer para muitas outras, visto que há muita gente a investir no nosso concelho.

Contactou-se a Câmara Municipal da Praia da Vitória, que estava potencialmente em condições de satisfazer esses requisitos e não havia qualquer problema em transitar esse investimento para aquele município que, certamente, recrutaria trabalhadores de toda a ilha. Foi assim que este assunto daqui saiu e parece-me que também não terão encontrado na Praia da Vitória aquilo que procuravam.

O que sei a respeito da ilha de S. Miguel é o que todos sabemos de acordo com o que foi publicado nas notícias e é manifestamente insuficiente. Fizemos o que devíamos, apresentando as mesmas condições em relação a uma iniciativa que visa construir uma fábrica de laticínios ou outros grandes investimentos no concelho. Apenas nos compete ser facilitadores do investimento porque a região tem os seus próprios mecanismos de parcerias, a SDEA estava presente e é um âmbito que não nos diz diretamente respeito. Tenho interesse em saber qual o desfecho desta questão, estamos a desenvolver todos os esforços para sabermos o que foi oferecido em qualquer outro concelho e quais os participantes no investimento ou se a entidade mudou os seus requisitos.

A ilha Terceira está a ser claramente prejudicada em termos aéreos e marítimos pelo atual modelo de acessibilidades. Houve uma tentativa de análise da vertente marítima na última reunião do Conselho de Ilha mas acabámos por esbarrar em questões de natureza técnica que nenhum dos membros estava habilitado para esclarecer e espero que cheguemos ao fundo da questão na próxima reunião.

Para além dos preços e das faturas que são verdadeiramente misteriosas com cerca de dez linhas de taxas diversas, temos uma outra questão fundamental que tem a ver com rotas. Nesta altura a circulação no grupo central é verdadeiramente absurda com mercadorias a passarem por S. Miguel provenientes de ilhas que se avistam e estão ao lado umas das outras.

Não menos importante é a criação na Praia da Vitória de uma plataforma logística que permita a interligação de cargas provenientes das ilhas dos grupos central e ocidental e a sua partida para o exterior. A concretização dessa plataforma logística é bem mais essencial para a ilha Terceira do que a questão do Porto das Pipas ou outras quaisquer porque está a montante de toda a nossa atividade económica. Essa é uma luta que nos tem passado um pouco despercebida mas temos que a trazer para a ribalta. Tudo isto passa por um entendimento com outras ilhas, nomeadamente o Faial e o Pico, porque dificilmente conseguiremos resolver estas situações sozinhos.

Temos uma experiência que é o caso da incineradora da TERAMB em que os resíduos vindos de outras ilhas fazem percursos verdadeiramente mirabolantes para cá chegarem. O município é participante de um pequeno operador mas isto mostra a disfunção instalada neste sistema e a plataforma logística da Praia da Vitória é a chave para a resolução dos problemas do transporte marítimo.

O transporte aéreo é bastante mais simples porque envolve apenas o Governo Regional que é o operador do aeroporto e um conjunto de empresas aéreas que precisam de ser incentivadas a estabelecer ligações à ilha Terceira. Ao contrário da posição aqui assumida pelo senhor deputado, não sou defensor de situações que passem apenas pela SATA Internacional, uma empresa que nunca serviu a ilha Terceira e com certeza não o vai fazer porque não tem tradições nem condições para tal. A SATA é hoje um pequeno operador no nosso aeroporto e provavelmente assim continuará.

Precisamos de encontrar linhas que permitam a diversificação das ligações do aeroporto das Lajes com o exterior e não me refiro apenas às rotas. É urgente atrair outros operadores aéreos e criar outras ligações a partir das Lajes. Falo essencialmente dos potenciais grandes centros emissores de turistas e de ligações à Europa ocidental e central, ao Canadá e aos Estados Unidos da América. Precisamos urgentemente destas rotas e não podemos ficar sentados à espera que a SATA as faça porque não me parece que haja condições para tal.

Os dois municípios são parceiros importantes, têm tido um entendimento exemplar com a Câmara do Comércio num trabalho conjunto e coordenado que vamos continuar a fazer mas o Governo Regional tem que ser chamado ao assunto porque só a conjugação de todas as partes poderá imprimir uma trajetória diferente a toda esta situação. Do meu ponto de vista, a diversificação de rotas e acessos às Lajes e a criação da plataforma logística são os grandes objetivos políticos que devem unir todas as forças políticas e sociais porque são as duas principais chaves para o desenvolvimento e sustentabilidade da nossa economia.

Sra. d. m. Brites Baldaia: – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e respetiva vereação, senhores deputados municipais. Saiu desta Assembleia um entendimento unânime relativo a esta questão das acessibilidades e sabemos que a falha está do outro lado, mas pretendemos saber o que tem sido feito à porta fechada e quais as negociações desenvolvidas entre ambos os municípios e o Governo Regional.

Gostaria ainda que o senhor presidente da Câmara nos indicasse de que forma poderemos aceder ao projeto do palco elevatório da Praça Velha e para quando está prevista a conclusão da obra porque nada mais se vê ali além de um estaleiro.

Acho muito bem que nos preocupemos em reconstruir e preservar o nosso património mas gostaríamos de conhecer mais pormenores acerca do protocolo celebrado com o Ministério da Defesa, qual o esforço feito por parte da Câmara Municipal e que obrigações assumirá o Governo Regional visto que, segundo se sabe, o Ministério da Defesa apenas cederá o espaço.

Sr. presidente da Câmara: – Posso adiantar que os contactos se mantêm acerca das acessibilidades. Tenho agendada nova reunião com a senhora secretária regional dos transportes para os próximos dias com o objetivo de chegarmos a um entendimento sobre a forma de promovermos o aeroporto e a possibilidade de outra diversificação de acessibilidades. Os dois municípios têm vindo a empenhar-se profundamente nesta matéria e a Câmara do Comércio tem sido um ator essencial neste processo, até porque participa noutros órgãos como a ATA, e por essa via tem acesso a um conjunto de outras informações e posições. As três entidades têm vindo a agir sobre este assunto de forma coordenada, as intenções são muito boas e estamos à procura dos melhores resultados.

Posso mostrar-lhe o projeto do palco elevatório da Praça Velha que é muito simples, algo muito parecido com aquilo que os nossos lavradores usam para o transporte de silagem. Trata-se de uma chapa metálica que tem por debaixo um hidráulico, está coberta com pedra, quando desce fica ao nível do chão e pode elevar-se até 1,80m de altura. É uma obra de pequena dimensão que ainda não se encontra concluída devido a um problema que surgiu relacionado com a inclinação do pavimento que possui um conjunto de deformações naquela zona. Na elaboração do projeto partiu-se do princípio que o palco seria instalado num local plano mas chegou-se à conclusão que havia um desnível de 26 cm entre um canto e o outro e tivemos que repensar a inclinação num trabalho de engenharia relativamente complexo. O hidráulico teve que voltar à fábrica no exterior para ser modificado para que o palco fique nivelado quando estiver elevado e possa inclinar ao encolher para alinhar com o pavimento. A obra durará cerca de uma semana e meia e no próximo intervalo trarei para aqui o projeto para que o possamos ver.

Ontem foi assinado um protocolo entre o município e o Ministério da Defesa com um terceiro participante que é o Governo Regional através da Direção Regional da Cultura. Trata-se da

continuação de um processo anterior através do qual o município tem vindo a obter um conjunto de espaços de enorme valor para a cidade.

Neste momento somos os gestores de todo o território do exterior das muralhas. Com esta assinatura obteve-se mais um conjunto de contrapartidas como a criação do passeio que liga as duas bafas, uma acessibilidade a espaços que se encontravam fechados, a instalação daquele parque de estacionamento e a recuperação de um edifício do Exército que agora pertence ao município, aquela casa que fica por detrás do chafariz do tanque do azeite.

Há um outro projeto elaborado pela Direção Regional da Cultura que consiste na recuperação do primeiro edifício logo a seguir à entrada das instalações militares e paralelo à praça de armas onde será instalado um centro interpretativo por parte da DRC que explicará a história da fortaleza. É essa a participação do Governo Regional no processo além da elaboração dos projetos que levaram à atual solução que é tecnicamente complexa porque exigiu um conjunto de argamassas especiais especificamente desenhadas para aderirem à pedra dos cunhais do edifício que se encontra extremamente degradada. Isso foi feito pelo Instituto Pedro Nunes da universidade de Coimbra num contrato bipartido entre a Câmara e a região. No caso de Angra resultou na disponibilização de um mestrado relacionado com a recuperação do património para arquitetos e outros técnicos da área da construção civil e na componente prática participaram algumas pessoas de cá juntamente com muitas outras de fora com grandes vantagens para o conhecimento do nosso património e para a projeção da cidade. O custo estimado para o município rondará os 300 mil euros que será o valor da intervenção nos cunhais da igreja e nas torres.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores membros da Assembleia. Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos indicasse os motivos do encerramento do balcão de atendimento ao público no espaço dos Serviços Municipalizados na Rua do Barcelos, quais as vantagens e o que aconteceu ao pessoal. Pergunto se não seria mais prático manter dois pontos de atendimento para descongestionar estes serviços aqui em baixo em horas de ponta e outros entraves que surgem quando se aglomeram demasiados serviços num só local.

Como complemento ao que já foi aqui dito, é evidente que estamos todos de acordo no que toca à necessidade de revisão das acessibilidades aéreas e marítimas à ilha Terceira. Em troca de artigos de opinião com um membro do CDS-PP de outra ilha, referi o que o senhor presidente da Câmara de Angra defendeu há dois anos em relação à necessidade de revisão do subaproveitamento do porto da Praia da Vitória que poderia acomodar várias valências que estão instaladas no porto de Ponta Delgada em vez da construção de um segundo porto naquela cidade micaelense.

Já demos aqui provas de que somos capazes de nos entendermos, o tempo vai passando, o mandato deste Governo Regional aproxima-se do fim e não vemos melhorias nos serviços prestados pela SATA, nos transportes marítimos ou nos serviços de cargas com prejuízo para quem tem os seus negócios, pretende ser um pouco mais empreendedor ou para quem, simplesmente, opta por viver nesta ilha. Este assunto vai continuar a merecer a nossa atenção e insistência até que as coisas melhorem na ilha Terceira e o Governo Regional saiba que não contará com o nosso silêncio.

Espero que a fábrica dos carros elétricos não acabe no Banco João de Castro porque rondaria os 12 milhões de euros de investimento e seria um grande benefício económico para a nossa ilha. É com muita pena que vejo a SDEA e o Governo Regional silenciosos em relação a esta matéria na medida em que, decerto, haveria apoios públicos, entendimento e colaboração de ambas as autarquias, e a ilha sairia beneficiada perante a redução dos efetivos americanos da Base das Lajes. Espero que o processo não esteja encerrado e o Governo Regional se chegue à

frente com os devidos esclarecimentos. O senhor presidente da Câmara referiu desconhecer o rumo dado a este investimento, ficando a saber o mesmo que todos nós através da imprensa e, tanto quanto sei, o mesmo se passa em relação à Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Creio que o Governo Regional e a SDEA não estão a prestar um bom serviço a um possível bom investimento na ilha Terceira e não esclarecem as câmaras municipais envolvidas nesta matéria. Segundo a informação de que dispomos, o próprio promotor teria vontade que o investimento se localizasse no grupo central pela facilidade de algum abastecimento a outras ilhas mas talvez o problema se prenda com as acessibilidades que são uma condição necessária para o desenvolvimento da região.

O próprio transporte de doentes entre os três hospitais é condicionado pelas ligações aéreas. Se a SATA não for a solução, também não deve constituir um problema devido aos horários dos seus voos e a outros impedimentos, contribuindo para uma enorme desproporcionalidade que penaliza a ilha Terceira.

Sr. presidente da Câmara: – As considerações que foram feitas sobre os transportes vêm no seguimento das intervenções anteriores e resta-me esclarecer a questão do balcão de atendimento dos SMAH. Dos quatro postos de atendimento que temos, apenas dois estavam ocupados e a manutenção dos dois balcões implicava dois serviços logísticos e duas tesourarias porque havia pagamentos cá e lá, originando um ping-pong entre balcões. Havendo quatro balcões disponíveis e apenas dois ocupados com um número reduzido de trabalhadores em ambos os lados, transferimos cá para baixo três dos trabalhadores que desempenhavam funções no balcão lá em cima. Neste momento temos todos os balcões ocupados, duplicámos a nossa capacidade e vamos poder racionalizar totalmente o duplo atendimento como consta da agenda de trabalhos desta sessão da Assembleia e tem a ver com a alteração ao regulamento de urbanização e edificação em que se transforma o parecer dos SMAH num parecer interno para que os assuntos sejam tratados num só local. Assim, facilitaremos a vida ao cidadão e aos trabalhadores porque aqui em baixo há melhores condições do ponto de vista do espaço e da informática.

Está em queda livre o número de pessoas a serem atendidas em cada um dos balcões porque se opta cada vez mais pela utilização dos meios informáticos e o número de atendimentos era já inferior a 1/3 do que foi em tempos. A junção dos dois balcões permitiu estas poupanças e eficiências e uma racionalização subsequente já que, grande parte dos atendimentos ao público tem a ver com o pagamento de contas. Temos também que promover o pagamento da água nas juntas de freguesia e na RIAC porque não faz sentido que alguém se desloque à cidade quando o pode fazer com toda a comodidade na sua freguesia ou posto de atendimento.

Neste momento todas as faturas da Câmara possuem uma referência para pagamento através de multibanco e existe ainda a possibilidade de pagamento por débito em conta, o que reduz os esquecimentos e é importante para a nossa contabilidade. Teremos que aumentar o desconto atual de 0,5% para um valor mais significativo para quem quiser efetuar o pagamento por débito em conta e assim poderemos eliminar cerca de 80% das vindas aos balcões.

O serviço está a funcionar bem, temos o dobro da capacidade de atendimento neste edifício e pretendemos alargar o horário de atendimento até às 18 horas para podermos prestar um melhor serviço aos nossos clientes sem qualquer prejuízo em relação ao pessoal. Devo informar também que duas pessoas que desempenhavam funções lá em cima não se sentiam em boas condições para continuarem aquele trabalho; uma presta serviço de *backoffice* e a outra está como fiel de armazém.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Voltando ao tema de abertura, julgo que estamos conversados quanto à capacidade de gerar consensos e nos unirmos em volta dos problemas que nos afetam. O PSD entendeu dar a este executivo camarário todas as condições através de um apoio

alargado para a resolução destas e de outras questões, umas mais internas e inerentes à gestão do município, outras mais externas em termos de representatividade política. V. Exa. tem melhores condições do que qualquer outro executivo camarário deste concelho desde o 25 de abril.

Os assuntos são sérios e o senhor presidente da Câmara foi elucidativo ao referir que, ao instalar-se em S. Miguel, a empresa fica mais perto das ilhas do grupo central do que ficaria ao sediar-se na Terceira. Esta é a constatação da derrota absoluta da nossa ilha no conceito regional e que o Governo Regional dos Açores não tem sido um parceiro mas sim, um opositor da Terceira e dos seus representantes políticos.

Tendo em conta o apoio que tem sido dado a este executivo camarário por parte do PSD na oposição, pergunto: Vamos esgotar-nos nas palavras e na retórica aqui dentro por não possuímos essa capacidade executiva? Quais as consequências? Qual é a força, a vitalidade e a motivação deste presidente de Câmara e do seu executivo para liderarem este processo? O senhor presidente sente-se capaz de reivindicar junto do Governo Regional?

Os diagnósticos estão feitos, temos vindo a repetir as nossas preocupações nas sessões desta Assembleia e, pedindo desculpas pelo termo utilizado, não nos podemos esgotar neste paleio. Não façamos de conta que estamos perante um presidente de Câmara qualquer porque o senhor tem uma experiência governativa como poucos tiveram nesta região em termos de número de mandatos e de cargos desempenhados. Referiu que deveríamos conceder a este governo mais duas semanas de benefício da dúvida em relação ao Porto das Pipas mas, na realidade, são dez anos mais duas semanas e, como se diz em dias de matança, o pior de esfolar é o rabinho. Peço desculpa pelo uso de termos corriqueiros mas toda a gente os percebe.

Quanto à fábrica de automóveis, é preciso que a Sociedade de Desenvolvimento Empresarial dos Açores (SDEA) explique o que aconteceu e porque é que um investimento desta importância foi anunciado para a Terceira e parece que, afinal, se vai concretizar em S. Miguel.

No que respeita às acessibilidades, a empresa de transportes marítimos, a pequenina TMG (Transportes Marítimos Graciosenses) que está sediada no Porto da Praia da Vitória teve, até há bem pouco tempo, os seus três navios avariados e prontos para irem para a sucata por serem velhinhos e difíceis de manter.

Apesar das várias tentativas desenvolvidas pelos partidos da oposição - e justiça seja feita ao CDS-PP que apresentou o primeiro projeto - o Governo Regional recusa-se até a estudar um modelo alternativo de transporte de mercadorias na região. Como já referi, o Governo Regional não é um parceiro, é um opositor à alteração deste estado das coisas.

Concordo com o senhor presidente da Câmara quando diz que não nos devemos esgotar na SATA mas não devemos deixar de a pressionar por ser uma empresa pública com um único acionista que se chama Governo Regional dos Açores, tem um enorme buraco financeiro que todos pagamos através dos nossos impostos porque somos obrigados e não podemos colocar uma cruzinha a dizer: «Não quero que o dinheiro dos meus impostos vá para a SATA, aquela empresa corisca que nos serve mal.» A realidade é que a empresa é corisca, serve-nos mal e pagamos o seu buraco financeiro, por isso temos obrigatoriamente que exigir ainda mais.

Ao contrário de outras aerogares dos Açores que, por força da privatização da ANA, estão integradas num grande grupo europeu, a VINCI Aeroportos que capta investimentos que têm que dar lucro, a aerogare civil da Base das Lajes pertence a 100% ao Governo Regional dos Açores que não mexe uma palha com ou sem certificação para angariar um voo, uma companhia ou um destino que seja para a nossa ilha. A Tour Operação para Boston está a acabar, a de Madrid já acabou e a Air Berlin já faliu.

Senhor presidente, o senhor não tem falta de apoio político. Os votos de protesto apresentados pela oposição valem o que valem mas o senhor presidente e os senhores vereadores têm votado contra. Pergunto quais as consequências de uma ação política de um presidente que é líder da maior autarquia do grupo central dos Açores e tem o maior partido da oposição disponível para o ajudar a tratar destes assuntos com firmeza.

Sr. presidente da Câmara: – A minha disponibilidade é total, caso contrário, não estaria aqui. Nunca estive num cargo político por obrigação de ninguém e só me mantere aqui enquanto tiver absoluta vontade e disponibilidade para resolver estas questões. Há bocadinho falei por duas vezes no mesmo assunto. Estamos de acordo do ponto de vista dos princípios e o que se precisa são resultados, ou seja, coisas feitas e assuntos resolvidos.

A plataforma logística é para mim uma preocupação central e é errada a conclusão que tirou sobre a falta de pressão sobre a SATA. O que eu disse é que há que procurar mais longe e de forma mais alargada mas a pressão sobre a SATA continuará.

Creio que fui o primeiro a falar publicamente sobre a concessão do aeroporto através de uma publicação no Diário Insular há uns tempos. Se alguém teve essa ideia, creio que também a posso reivindicar. A seguir à plataforma logística da Praia da Vitória, é a que mais importância estratégica tem porque é importante encontrarmos uma solução para a gestão da vertente do transporte aéreo nas Lajes.

Agradecendo o apoio que tenho recebido do PSD e do Partido Socialista e de todos os seus eleitos, vamos continuar este trabalho e esperar a obtenção de resultados. Fique esta Assembleia a saber que eu e todos os membros da Câmara, posição e oposição, estamos empenhadíssimos na resolução deste problema e faremos tudo o que estiver ao nosso alcance ao nível institucional e político para que o assunto se resolva porque estamos todos cientes da gravidade da situação. A plataforma logística, a gestão do aeroporto e a diversificação de rotas são questões nucleares e centrais para todos nós. Quanto ao porto das Pipas, volto a dizer-lhe que, quem esperou dez anos, pode esperar mais duas semanas.

Sr. d. m. Luís Brasil: – Em meados de janeiro estive na ilha Terceira uma representante de um grupo empresarial polaco. Após uma pré-análise referente a produtos para agricultura biológica e laticínios, três marcas de queijos da nossa ilha foram considerados apetecíveis para comercializar por uma empresa de distribuição de média dimensão no mercado gourmet num grande centro urbano da Polónia mas foram confrontados com o facto de uma das empresas locais que já coloca queijos naquele país, não poder aceitar mais exportação devido à falta de transporte eficiente e a tempo e horas para escoar os produtos.

A empresária polaca contactou outras duas empresas de laticínios que a informaram da impossibilidade de fazer escoar o produto com o nível de exigência pedido. A empresa polaca, que coloca diariamente na estrada 170 camiões de refrigeração com produtos frescos, baixou o seu nível de exigência na aquisição dos produtos da ilha mas nada se resolveu. Provavelmente as coisas não darão em nada porque não temos capacidade de escoamento de cargas da ilha Terceira e a possibilidade de as colocar a tempo e horas nos locais de destino. Como se vê, o problema começa logo à saída da ilha Terceira e este é mais um drama entre muitos para as nossas empresas. Volto a repetir que não há coerência nem faz sentido que os empresários recebam apoios financeiros do Governo Regional e depois não os materializem por falta de operacionalidade e transportes.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 10 de novembro a 10 de fevereiro, bem como a informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Os trabalhos do município mantiveram a sua normalidade desde a última sessão desta Assembleia sem nada de relevante a assinalar. Fazendo uma pequena resenha, terminámos o ano de 2018 numa situação financeira bastante favorável com uma boa execução. A contabilização ainda não está fechada mas ultrapassará os 80% do ponto de vista da execução, as receitas ultrapassam os 90% com uma excelente execução e estamos na fase de reinscrever e fazer transitar as obrigações e as disponibilidades para o ano de 2019.

O ano passado foi um excelente ano em todo o grupo municipal apesar das dificuldades sentidas pelos Serviços Municipalizados devido à necessidade de utilização do sistema de bombagem de água durante um longo período visto que começámos a bombear em maio e terminámos a meio de novembro. Tudo isto se traduz nos respetivos resultados financeiros mas as outras áreas do município permitem-nos encarar a situação com confiança e segurança, não resultando daí nenhuma situação danosa para o grupo municipal.

O ano de 2018 foi também extraordinariamente bom para a TERAMB que terminou com cerca de 240 mil euros positivos. Este valor não será totalmente declarado como lucro porque foi reinvestido no final do ano mas as operações da TERAMB do ponto de vista técnico e financeiro decorreram de forma exemplar. Fica aqui o meu louvor aos trabalhadores e a quem dirige aquela empresa intermunicipal porque as coisas correram muito bem.

Das obras mais relevantes em curso, destacamos a requalificação da orla costeira do Fanal que tem estado a evoluir bem, encontra-se numa fase de alguma desaceleração no período de inverno e só em meados de abril é que se retomarão os trabalhos de construção do cais e do acesso ao mar. Felizmente, os últimos temporais incluindo o desta noite, não causaram danos visíveis, o que demonstra que a obra está a ter o desempenho esperado mas ainda não foi verdadeiramente testada com um daqueles temporais extremos.

A outra obra grande em curso a decorrer dentro do esperado é a construção do Centro Interpretativo na Rua do Marquês que está a entrar na fase de acabamentos. O mesmo se pode dizer em relação ao jardim que está já na fase de plantação.

Uma outra obra menos visível mas de algum significado é a reconstrução no Beco das Alcaçarias do moinho que estava arruinado desde o tempo do sismo, era propriedade da Direção Regional da Cultura e foi transferido para a Câmara. Trata-se de uma obra pequena que resolveu um dos problemas da nossa cidade porque, quando se olhava lá para cima de todos os ângulos, aquela ruína saltava à vista em primeiro plano. O edifício tem já o seu exterior concluído e do ponto de vista formal já se pode ver como vai ficar.

A outra obra em curso é a separação dos esgotos na cidade que ainda vai durar mais algum tempo mas estão já resolvidos alguns elementos críticos, nomeadamente a instalação dos novos autómatos na estação elevatória do Pátio da Alfândega que já se encontra a funcionar em pleno sem a necessidade de efetuar descargas para o mar. A construção do novo edifício junto à praça de touros tem já os equipamentos montados e estamos a entrar na fase final.

Existe um conjunto de obras pequenas mas complicadas, nomeadamente as interligações que estão a ser feitas diante da ermida do Desterro que, durante mais duas semanas, implicarão uma interferência gravosa no trânsito na cidade mas são obras necessárias.

Outra zona com uma obra em curso com alguma interferência no trânsito é a Ladeira de S. Bento com a transferência do esgoto da ribeira para a rua no sentido de se evitar os constantes derrames que ali aconteciam. Como não podemos fazer tudo ao mesmo tempo e para não

fechamos o trânsito em todas as vias, haverá uma outra intervenção de alguma dimensão no Largo de S. Bento para um conjunto de interligações que implicará algumas dificuldades ao trânsito e onde a EDA aproveitará também para enterrar os seus cabos. Com o encerramento daquela via durante algum tempo, o caminho alternativo será a passagem diante da praça de touros que foi asfaltada e está em excelentes condições de circulação.

Uma outra obra que se iniciará num período razoavelmente curto e terá também alguma interferência com o trânsito é o arranjo do pavimento da Miragaia e da Rua da Pereira, as zonas com o maior histórico de acidentes na cidade porque, cada vez que chove, acontecem ali pequenos toques. A via apresenta sérios problemas para a cidade e vai ser totalmente refeita dentro de algumas semanas.

Uma outra obra de que muito se tem falado e só terá o seu desfecho lá para depois das Sanjoaninas é o asfaltamento do troço entre a Silveira e os Portões de S. Pedro porque aquela via está a ficar extremamente degradada como resultado da passagem da pedra para a obra do Fanal. A obra de mar que falta fazer no interior da baía ainda implica a passagem de muitos milhares de toneladas de pedra por ali durante a primavera e só depois dessa fase da obra concluída é que poderemos proceder ao asfaltamento integral daquele troço. Os serviços do município têm tido uma particular atenção quase diária para taparem os buracos que vão surgindo mas é um daqueles inconvenientes necessários e não faz sentido estarmos agora a asfaltar para voltarmos a partir logo a seguir.

Um dos clássicos das nossas vidas que já está resolvido é a Ladeira da Ruida em S. Bartolomeu e estamos com uma frente de trabalho num outro clássico que é a Canada do Esteves no Raminho, cuja obra está a avançar com uma lentidão exasperante, mas esperamos vê-la concluída um dia destes.

Todas as outras intervenções decorrem dentro do que estava programado. Está adjudicada e vai iniciar-se a breve trecho a intervenção de repavimentação e reordenamento integral do Largo de S. João de Deus e a continuação da Rua Ilha do Corvo que só tem um arranque de rua e terá agora a sua conclusão passados vinte anos. É uma rua que vai permitir uma nova ligação rodoviária entre Santa Luzia e a Conceição, racionalizar o trânsito naquela zona de S. João de Deus e do Bairro do Lameirinho e permitir dar uma outra qualidade ao Largo que está manifestamente degradado.

Apesar de ainda estarmos em fevereiro, já se procedeu ao pagamento da primeira parte das transferências para as juntas de freguesia para permitir que tenham o ano inteiro para executarem aquilo a que se comprometeram. Estamos a fazer os pagamentos deste ano porque agora é que terminámos as transferências e os acertos orçamentais. Os maiores pagamentos que estão em atraso têm a ver com a parte que cabe à Câmara referente ao edifício que foi construído na Feteira em colaboração com a Segurança Social, uma matéria que espero ver concluída no decorrer desta semana. Houve ainda algumas outras situações de transição do ano passado que necessitaram de reinscrição e estão a ser processadas nesta altura.

Já foi paga a comparticipação para aquisição de uma nova viatura dos bombeiros para funcionar aqui no centro da cidade e está adjudicada e consignada a obra de reestruturação do quartel dos bombeiros dos Altares que é da responsabilidade da própria associação e se espera que comece em breve.

As restantes associações que concorreram aos apoios às atividades de interesse municipal já foram notificadas da decisão do município sobre a atribuição e toda a gente já sabe o que vai receber. Estamos a proceder à verificação dos relatórios dos apoios concedidos no ano de 2018 cujo prazo terminou no fim de janeiro e a fazer os devidos acertos face às execuções do ano passado.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Se esta Câmara não tivesse as contas direitas com saldos positivos, não estaria reunida à partida a primeira condição de base para que algum dia o maior partido da oposição pudesse votar favoravelmente um orçamento...

Sr. presidente da Câmara: – Ó senhor deputado, o senhor já me cobrou essa três vezes.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – E vou cobrá-la sempre porque levamos isto muito a sério e não vamos exigir nada de si de forma gratuita. Levamos o nosso papel muito a sério e vamos exigir que o senhor leve muito a sério o seu. Estamos a falar de um saldo positivo de 2 870 000,00 € e assim que chegar o financiamento comunitário referente ao Centro Interpretativo de Angra, o que esperamos que aconteça tão breve quanto possível, estimo que o senhor presidente fique com cerca de 4 milhões de euros em caixa.

Vamos falar das coisas difíceis de fazer que são as que constam do entendimento que tivemos com V. Exa. e que levou à inclusão de várias rubricas orçamentais resultantes de um conjunto de propostas apresentadas pelo PSD que o executivo entendeu aceitar.

Gostaria de saber quando o senhor estará pronto para arrancar com investimentos necessários ao concelho como os parques de estacionamento da cidade que vão resolver problemas de trânsito e cujo estudo o senhor nunca apresentou a ninguém. Queremos saber quando arrancará a obra definitiva de requalificação do mercado Duque de Bragança com um parque de estacionamento subterrâneo, uma vez que já foi tomada a decisão definitiva com o apoio da oposição.

O senhor presidente da Câmara já teve a oportunidade de me dizer como vai ser mas, como o que aqui se diz fica em ata, seria bom que fosse referido em Assembleia Municipal como vai ser feito o acesso ao mar e a colocação do enrocamento que ligará as Areias Brancas à Silveira. Todos esses investimentos foram incluídos nos documentos previsionais, só entendemos negociá-los por haver condições de saldo financeiro, e é o nosso momento de lhe fazer exigências.

Sr. presidente da Câmara: – Ainda bem que o senhor deputado levanta esta questão porque, ao ler o jornal esta manhã fiquei algo perplexo e vamos ter que pedir aos senhores vereadores e aos senhores membros da Assembleia representantes do PSD que sejam mais assíduos nas suas passagens pela Rua do Galo porque há qualquer coisa que não bate certo mas é uma questão interna vossa e desejo-vos muita sorte na resolução desse problema.

O projeto do mercado está a ser elaborado e, se tudo correr bem, será entregue no decurso do mês de março. As questões mais complexas do ponto de vista técnico já foram resolvidas mas temos algo complicado em curso que tem a ver com a aquisição de uma parcela de terreno do lado do seminário pertencente à diocese. Se esse desiderato se cumprir, ficaremos em condições de termos um concurso para o mercado ainda este ano.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Com ou sem a Braga Parques?

Sr. presidente da Câmara: – Sem a Braga Parques que saiu do circuito.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O senhor presidente da Câmara ficou com receio de ser constituído arguido como os outros autarcas...

Sr. presidente da Câmara: – Exatamente. Ao ver as barbas dos outros a arder, resolvi pôr as minhas de molho apesar de não as ter.

O senhor deputado pôs as coisas demasiado rosadas em relação às contas e gostaria que houvesse esse dinheiro todo que apenas transita porque temos 85 ou 86% de execução. Há dinheiro alocado e obras em curso cuja despesa também transita, uma parte desse dinheiro é naturalmente consumida e temos cerca de 1,5 milhões de euros de dinheiro livre depois de feita esta transição entre o que já está comprometido e o que está em caixa.

Gostaria muito que a Câmara fosse assim tão rica mas não o é. Não há razão para nos queixarmos mas a verdade é que também não convém transmitirmos a imagem de uma riqueza que não temos. Quando se diz que transita dinheiro de um ano para o outro, é preciso não esquecer que também transitam despesas associadas.

Quanto às outras questões levantadas pelo senhor deputado referentes ao arranque de obras e projetos, está a ser elaborado o projeto da ligação até à Silveira e já se encontrou uma solução séria e segura para o troço entre as Areias Brancas e a curva que dá início à baía da Silveira. Daí para diante há dificuldades técnicas grandes já que se trata de uma zona muito profunda e muito batida pelo mar e o enrocamento não me parece uma solução adequada para esse troço. Sabemos como chegar à curva e não sabemos como passar da curva para dentro mas estamos a trabalhar nesse sentido.

Foi aprovada em Câmara e está a seguir o seu desenvolvimento uma questão que também fazia parte desse caderno de encargos relacionada com um arranjo numa escola de S. Bartolomeu. Esta manhã tive a oportunidade de falar com o senhor presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião sobre uma matéria que diz respeito à vila e está a seguir o seu caminho e estamos todos a trabalhar no bom sentido. Há uma obra grande a ser feita na Feteira e falta um trabalho complexo de negociação com 32 particulares a respeito da ligação entre a Fajã do Ficher e o Caminho da Esperança. A obra está financiada, foi assinado um contrato ARAAL entre a Câmara e o Governo Regional para financiar esta ligação, o projeto está feito mas há um problema muito complexo de terrenos porque aquela é uma zona de minifúndio, passa-se por cima de terrenos de muita gente e ainda não foi possível falar com todos. A Feteira tem o território, a Ribeirinha tem os proprietários e estamos a ver se conseguimos chegar a algum entendimento sobre este assunto.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Como tivemos oportunidade de conversar, a obra nas Areias Brancas está terminada com as máquinas a recuar e, através do Fanal, ninguém poderá chegar àquela curva com máquina nenhuma. Gostaria que nos informasse como será feita a acessibilidade a toda aquela zona, uma vez que já não é possível pelo Fanal e pelas Areias Brancas.

Sabendo que um grupo de investidores adquiriu os grandes imóveis em ruínas, pretendemos também algumas explicações suas acerca do que está para acontecer em termos de investimentos imobiliários no concelho visto que um dos pontos da nossa agenda de trabalhos de hoje tem a ver com uma alteração do Plano de Pormenor para o quarteirão dos silos e dos celeiros. As ruínas e os problemas urbanísticos continuam lá e todos gostaríamos de saber como e quando ficarão resolvidos.

Ao longo do tempo temos vindo a manifestar as nossas preocupações quanto à segurança no concelho e recentemente aconteceram mais dois homicídios, um na freguesia da Terra Chã e outro em S. Bartolomeu, provavelmente com ligações ao tráfico e consumo de droga como tem sido hábito. Temos discutido intensamente a necessidade de policiamento em Angra e continua a ser preocupante a frequência com que o homicídio tem vindo a ocorrer no nosso concelho. Precisamos de saber o que a PSP tem em marcha e o que o Conselho Municipal de Segurança tem abordado acerca desses assuntos porque ninguém gosta que se ande a matar gente em lado nenhum.

Senhor presidente, após a discussão sobre as consequências dos esgotos na época balnear do ano passado, pergunto se nos garante que esses problemas não se repetirão este ano para que os banhistas possam utilizar as zonas balneares e de banhos em segurança e sem riscos para a sua saúde.

Estando tudo a correr assim tão bem com a TERAMB, gostaria de saber quando é que se vai limpar toda aquela porcaria, os plásticos e o lixo que por lá esvoaçam devido a um conjunto de operações de mineração ao ar livre.

Quanto ao Relvão e ao protocolo com o Ministério da Defesa, tive a oportunidade de elogiar aqui a qualidade e a limpeza das instalações sanitárias mas quando se está de mão dada com um menino de três anos que nos diz que quer fazer chichi, não há tempo para nos deslocarmos do centro do Relvão àquela casa de banho que está no início do percurso pedonal. Um parque com aquelas dimensões deve ter outras condições em termos de instalações sanitárias para que os arbustos não continuem a ser regados com matéria biológica escusada. Estamos a brincar com isto mas a realidade é que as crianças e os idosos não se aguentam porque aquela casa de banho fica muito longe.

Uma outra preocupação tem a ver com outros parques infantis que veem as suas instalações fechadas por demasiado tempo como é o caso do parque infantil de Santa Luzia que julgo ser gerido pela junta de freguesia. Sei de uma outra situação ocorrida há pouco tempo em que os turistas ficaram fechados no jardim público porque o funcionário apanhou uma boleia, o que me leva a concluir que a abertura e o fecho das instalações municipais, sanitárias ou outras, devem merecer um pouco mais a nossa atenção.

Como o senhor presidente sabe, dedico algum do meu tempo a ler todos os documentos da atividade municipal e o senhor ainda refere lá um crematório. Como a Praia da Vitória já possui um e não se vai incinerar assim tanta gente cá na ilha, está na altura de retirar o crematório dos documentos municipais porque nos parece desnecessário.

Para concluir, deixo-lhe aqui duas pequenas questões: o que se passa com este edifício anexo aos Paços do Concelho cujas obras não arrancam de maneira nenhuma e parece que ninguém se quer responsabilizar para que elas se realizem?

Senhor presidente, como estamos em termos do cumprimento da legalidade nas questões de cultura no centro histórico, que são muito exigentes para os particulares e por vezes parecem não existir para o próprio Governo e para a Câmara Municipal? Com a mesma conta, peso e medida com que qualquer particular esbarra nos pareceres técnicos exigentíssimos, gostaria de saber se a Direção Regional da Cultura já emitiu o seu parecer a respeito daquele palcozinho tipo elevador hidráulico de oficina de automóveis que vamos ter para cima e para baixo na Praça Velha. Em caso afirmativo, gostaríamos que o senhor presidente da Câmara o fizesse distribuir.

Sr. presidente da Câmara: – O acesso à obra é um dos grandes desafios porque só a podemos fazer sem risco de causarmos danos ao que já está feito, se conseguirmos entrar pelo lado da Silveira, razão pela qual há pouco frisei a complexidade técnica que tudo isto envolve. Se tivéssemos uma solução em que pudéssemos criar adossada àquela rocha uma passagem pedonal, já teríamos resolvido o assunto. Dada a ordem das etapas de execução da obra, agora é preciso que o acesso de pedra àquela zona se possa fazer pela Silveira, uma questão que está a ser estudada. Uma das alternativas a considerar é o entendimento com o proprietário de uma casa em ruínas que está em cima para permitir o acesso por aí.

Em resposta às questões urbanísticas que levantou, há mudanças profundas em alguns desses espaços. Nas antigas oficinas da Câmara está a ser construída uma unidade hoteleira que leva algum grau de avanço. Está a decorrer a obra de um dos clássicos dos nossos debates que é a Rua de Jesus e as ruínas da esquina da Rua de S. João com a Rua dos Minhas Terras já têm um pedido de licenciamento.

Já que estamos a falar destas obras todas, aproveito para pedir mais uma vez aos senhores que vão de vez em quando à Rua do Galo fazer algum esclarecimento porque a vitalidade em Angra

nesta altura não será propriamente o problema. Seria bom que fizessem uma reuniãozinha de vez em quando, falassem nestas coisas e saíssem com uns comunicados mais acertados.

Se existe um problema neste momento em Angra é um problema de bolha imobiliária porque o preço de qualquer espaço dentro da cidade atingiu valores que colocam a maior parte da propriedade fora do alcance de muitos que a queiram comprar ou arrendar. O nosso problema é a falta de espaço e não a falta de gente na cidade.

Quanto àquilo que vai acontecer naqueles três grandes espaços que ainda estão sem destino - a antiga fábrica de laticínios, o quarteirão dos celeiros e o antigo hospital - deram-se passos significativos em qualquer um deles mas não me cabe fazer anúncios sobre as intenções de quem quer que seja porque o município não é proprietário de nenhum destes terrenos. Posso dizer-vos que o antigo hospital está limpo e vedado, o que é um passo extraordinariamente positivo porque desapareceu uma boa parte dos problemas que lá existiam.

Foi apresentado um conjunto de intenções de urbanização e de utilização dos quarteirões dos silos. Esse pedido resultou do que consta da nossa agenda de trabalhos de hoje que é a revogação da norma urbanística que se aplicava àquele quarteirão porque as intenções do novo dono não se coadunam com o que estava previsto pelo antigo proprietário. Com a revogação desta norma fica em aplicação a regra geral da cidade, o espaço fica muito mais liberto para investimento e o proprietário anunciará as suas intenções quando entender.

Houve também passos positivos quanto à antiga fábrica de laticínios....

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O senhor presidente não está a dizer nada.

Sr. presidente da Câmara: – Não me compete dizer nada. Quando o senhor quiser fazer uma casa não vai ficar à espera que seja eu a anunciar quantos quartos ela vai ter.

Passando àquilo que é propriedade da Câmara, a obra da casa aqui ao lado ainda não avançou porque resolvemos candidatá-la a um dos fundos do IFRRU e foi feito um conjunto de exigências do ponto de vista dos ganhos térmicos que nos levaram a repensar o projeto com vista a adaptá-lo para cumprir esse objetivo. Estamos na fase final desse desiderato e logo a seguir faremos o investimento necessário que está interligado a este próprio edifício que tem um problema grave por cima das nossas cabeças.

O teto da Câmara tem uma infestação grave de térmitas neste extremo aqui, o que implicará a sua substituição. Para se evitar obras desencontradas, está-se a fazer a preparação de uma intervenção para eliminar os elementos de madeira que estão infestados. Basta olharmos para a riqueza das madeiras de um edifício como este para não nos podermos dar ao luxo de qualquer infestação aqui dentro. A obra implicará a instalação de um elevador para permitir o acesso ao primeiro andar de pessoas com mobilidade reduzida e terá alguma dimensão porque terá ainda que ser feita uma mudança no corredor onde estão as casas de banho.

Em resposta à sua questão referente às zonas balneares, devo dizer-lhe que não queremos a bandeira azul. Como os senhores sabem, não tenho assim grande paixão por esse símbolo mas podemos içá-lo no próximo mês de junho se for essa a nossa vontade porque, de acordo com a decisão do respetivo júri, a única análise que apresentou sinais de contaminação foi retirada do esgoto e não da Prainha. A Silveira também está muito bem e recomenda-se e não há nenhuma relação com a obra que está a ser feita, antes pelo contrário, melhorará o espaço e permitirá retirar gente de lá.

Neste momento, e se for esse o entendimento do município, todas as nossas zonas balneares que tinham bandeira azul têm direito a içá-la, como nos foi comunicado pelo júri. Há um conjunto de intervenções que estão a ser feitas e outras programadas para quando o tempo melhorar que visam continuar o investimento que tem vindo a ser feito nos últimos anos.

Já reparei que há dispersão de lixo nas traseiras da serra da Ribeirinha e está-se a diligenciar para o recolher. Esse lixo foi lá parar devido a um problema que surgiu numa das células que esteve demasiado tempo descoberta e um temporal com ventos do quadrante Leste transportou plásticos para os cerrados da encosta daquela serra. Estamos cientes do assunto, vamos limpar logo que possível e esperamos que seja a última vez que aquilo acontece.

Quanto ao crematório, trata-se mesmo de uma falha de escrita porque não temos qualquer intenção de alargar as nossas atividades incineradoras. Isto vem à coleção porque o município conseguiu finalmente completar a aquisição de um conjunto de terrenos para a expansão do cemitério e criação de um novo acesso porque chegámos a um entendimento com o banco que era proprietário daqueles terrenos adjacentes à rotunda de S. Rafael. O município é agora dono de todos os terrenos situados entre a rotunda e a grota que separa as freguesias de S. Bento e da Conceição, o que nos permite fazer um novo acesso ao cemitério pelo lado norte para evitar que os funerais se façam por uma via sem saída.

No que toca ao palco elevatório da Praça Velha, a Direção Regional da Cultura tem sido nossa parceira mas é preciso esclarecer que, do ponto de vista legal, a Câmara não carece do parecer de ninguém para substituir pavimentos ou instalar o quer que seja na cidade desde que não viole o que consta do Plano de Pormenor. De qualquer maneira temos estado a desenvolver um trabalho conjunto, até porque há uma questão de natureza arqueológica que será acompanhada e feita pela Direção Regional da Cultura. Ontem à tarde tive a oportunidade de reunir com a senhora diretora regional e haverá um arqueólogo da DRC em permanência aqui à frente durante a escavação. Está tudo dentro da lei e não há a necessidade de qualquer parecer formal de ninguém porque estamos a agir dentro das nossas próprias competências com uma colaboração estreita entre ambos os lados.

Há dias reuniu nesta mesma sala o Conselho Municipal de Segurança em que foi feita uma análise da situação da segurança no concelho e as estatísticas referentes ao último semestre do ano passado não mostram nenhuma variação significativa. Mantemos uma situação estável e não aconteceu nada de particularmente anormal. As duas situações apontadas pelo senhor deputado Luís Rendeiro não devem ser aqui discutidas por pertencerem a outro âmbito mas preocupam-nos e têm a ver com uma realidade por diversas vezes aqui debatida que é o tráfico e o consumo de substâncias psicotrópicas, uma das verdadeiras chagas da nossa terra. As entidades competentes estão cientes e empenhadas nessa matéria e foram debatidas e acauteladas as outras questões que dizem diretamente respeito ao município.

A reunião do Conselho Municipal de Segurança tem representantes desta Assembleia que participaram na reunião de anteontem e, se entenderem, podem e devem fazer o relatório da sua visão sobre o assunto já que estão lá em representação deste órgão.

Ainda no que respeita à segurança, continuamos a ter um problema com o Porto das Pipas que espero ver resolvido a breve trecho com a conjugação da obra e a evolução da utilização daquele espaço. Houve um primeiro contacto com alguns dos operadores no sentido de se procurar soluções alternativas que levem ao desaparecimento daquela atividade naquela zona.

Sra. d. m. Brites Baldaia: – Quanto ao relatório da atividade municipal, a questão não se prende tanto com aquilo que foi feito mas sim com o que não está feito nem está por fazer. Fazendo uma ponte com o que foi tratado no Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente da Câmara lá vai dizendo que é preciso resolver certas coisas e encontrar alternativas mas queremos saber quando, como e o quê. As acessibilidades mantêm o mesmo problema de sempre e quanto à fábrica de carros elétricos, os eleitores deverão fazer um juízo da falta de benefícios práticos da consonância de poderes entre o Governo Regional e as câmaras municipais.

Esta autarquia não tem peso para exigir esclarecimentos acerca da falta desses e outros investimentos na ilha Terceira. Queremos saber se houve alguma intenção de exigir esclarecimentos devido ao desvio do investimento da fábrica de carros elétricos para a Lagoa e que apoios terá o Governo Regional concedido àquele município e negado a Angra do Heroísmo.

O mercado municipal é um outro assunto que iria abordar aqui mas já percebi que temos que aguardar até março e será motivo de conversa na próxima sessão da Assembleia Municipal. Quanto à dificuldade técnica do troço entre as Areias Brancas e a Silveira, gostaria de saber que agravamento orçamental a obra acarretará e que consequências haverá para a zona da Silveira tal como a conhecemos.

Espanta-me que o senhor presidente da Câmara nos diga que a obra do palco elevatório da Praça Velha não necessita de qualquer parecer e gostaria de saber se o seu acompanhamento por arqueólogos da Direção Regional da Cultura tem algo a ver com a existência das ditas câmaras que davam acesso a outros pontos da cidade.

Sr. presidente da Câmara: – Lamento mas nada mais posso acrescentar à questão das acessibilidades do que aquilo que já foi dito. Em relação à Silveira, o verdadeiro desafio é fazer uma obra que permita a acessibilidade e não interfira com a qualidade do espaço existente. Se quiséssemos fazer uma obra bruta enchendo de pedra metade da baía, saberíamos como fazê-lo mas a questão é conseguir criar um acesso, respeitando o espaço na sua dimensão e enquadramento paisagístico.

Ainda não lhe posso dizer quanto a obra vai custar porque apenas temos um conjunto de ideias e alternativas sem qualquer opção por nenhuma delas. Sabemos como fazer dois terços do acesso que será muito barato porque é apenas a continuação do que lá está mas precisamos de definir como vamos fazer o terço restante, algo que será resolvido brevemente logo que o projetista nos entregue a sua informação.

Em relação ao acompanhamento arqueológico na construção do palco da Praça Velha, não existe nada de secreto nem de extraordinário ali enterrado mas o edifício dos Paços do Concelho antecessor a este teria uma implantação ligeiramente mais à frente do atual, o que quer dizer que terão existido construções ali e é isso que se pretende determinar.

A única estrutura conhecida é o túnel da ribeira dos moinhos mas está do lado oposto da praça. A razão pela qual o palco foi colocado numa posição menos adequada do ponto de vista sonoro, visto que o outro lado apresenta melhores características para espetáculos musicais, é a existência desse túnel do lado de lá onde passava a ribeira. O túnel é visitável e, se lhe apetecer, convindo desde já a senhora deputada a fazê-lo. Podemos abrir a porta lá no rés do chão...

Sra. d. m. Brites Baldaia: – Tenho muito gosto. O senhor presidente acompanha-me?

Sr. presidente da Câmara: – Será um duplo prazer, senhora deputada. Iremos visitar o túnel. A escavação na Praça Velha será feita com acompanhamento arqueológico para vermos o que lá está porque poderão eventualmente aparecer alguns restos de fundações do antigo edifício. Aquela zona foi totalmente esventrada em 1993 quando se fez a construção do sistema de esgotos e o mais certo é encontrar-se ali entulho desse ano.

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e Mesa, senhor presidente da Câmara e caro executivo, senhores deputados municipais. Penso que é fácil a esta Assembleia responder à senhora deputada Brites Baldaia a respeito dos carros elétricos. Não vejo o que se poderá perguntar ao Governo Regional uma vez que se trata de um investimento privado que procura a rentabilização do negócio que depende da importação de matéria-prima e provavelmente da venda e já se falou aqui da dificuldade que é clara no âmbito dos transportes.

Lamento dizê-lo mas, por esse motivo, parece óbvio que um privado opte pela ilha de S. Miguel e não pela Terceira...

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Se há incentivos envolvidos não é assim, senhora deputada.

Sra. d. m. Isabel Barbereia: – Mas os transportes garantirão outro fluxo que a Terceira não pode oferecer. Todos concordamos com o problema dos transportes mas a opção é do privado e parece-me lógico que se perceba porquê.

No que respeita à atividade municipal, agrada-nos bastante saber que a obra do Centro Interpretativo de Angra está na sua fase final e lembro que o seu interior é de extrema importância para recontar a história da nossa cidade, dos Açores e até do país. Pergunto se há um projeto de interiores, quem é o responsável e se o investimento necessário para este equipamento e dinâmica do interior do Centro Interpretativo será feito pela Câmara ou terá participação do Governo Regional e de fundos externos.

Sr. presidente da Câmara: – Toda a obra que lá está neste momento foi financiada por fundos próprios do município e aguarda-se que no próximo mês seja aberta a possibilidade de serem apresentadas as candidaturas. Neste momento, nem a obra de construção civil está cofinanciada, muito menos a parte do equipamento. Existe uma ideia, um plano que está na génese da arquitetura do edifício, e há contactos com uma empresa da especialidade na área da eletrónica e destas novas tecnologias no sentido de se começar a verificar o que pretendemos fazer sala a sala.

O edifício é uma espécie de quadro branco. Como não se destina a expor objetos físicos, será possível em cada sala contar histórias diferentes em momentos diferentes. Não pensem que é um novo museu, trata-se de um conjunto de salas equipadas com elementos de projeção vídeo e áudio que permitirão, com os filmes respetivos, contar as histórias que se entender, algumas já localizadas, outras a serem preparadas. Espera-se um espaço dinâmico com histórias diferentes daquelas da semana anterior que ao longo dos anos terá que ser continuamente enriquecido com novos trabalhos de vídeo e áudio.

O Centro Interpretativo terá duas zonas fixas ligadas à atividade turística que ficarão já completamente equipadas e a funcionar, uma zona de informação turística que substituirá aquela que tivemos no Alto das Covas e na Praça Velha no verão e um auditório para permitir aos operadores turísticos realizarem os seus briefings. Haverá ainda uma zona de exposição de oferta turística aberta aos diversos operadores comerciais da cidade que ficará pronta e entrará em funcionamento no final deste verão. Espero que as pessoas vão contando muitas histórias com conhecimento e imaginação ao longo das próximas décadas porque o espaço permite que se adicione sempre novas coisas. É como se tratasse de uma sala de cinema onde podemos projetar tantos filmes quantos quisermos.

Sr. d. m. Luís Brasil: – Pergunto ao senhor presidente da Câmara se vai adquirir à Junta de Freguesia de Santa Luzia o antigo edifício do INATEL, qual o valor e o destino desse imóvel.

Sr. presidente da Câmara: – Esta questão leva-me a algo que há pouco me esqueci de referir. Estamos a ter seríssimos problemas nas piscinas do INATEL porque o sistema de ventilação não funciona há mais de uma década e os tetos estão literalmente a apodrecer. Tivemos que fazer duas intervenções de emergência nestes últimos meses, pedimos uma peritagem ao laboratório de engenharia civil e chegámos à conclusão que teremos que fazer a substituição integral do teto das piscinas.

O edifício de Santa Luzia e o edifício das piscinas foram entregues pelo INATEL no contexto de um conjunto de investimentos a que ambas as partes se comprometeram. O edifício de Santa Luzia continua a ter um ónus, ou seja, não pode ser usado a não ser para determinados fins segundo o acordo inicial das piscinas. Acontece que esta questão do teto, que nenhuma das

partes previa à data da celebração do acordo com o INATEL, vai mudar completamente o contexto desta negociação. Estamos a iniciar uma renegociação desse acordo porque o teto e o equipamento de ventilação custarão cerca de 600 mil euros, o que excede em muito os investimentos que estavam previstos, e uma das condições é a libertação do ónus sobre o edifício de Santa Luzia que deve passar a ser propriedade plena do município. Está cedido à junta de freguesia mas continua a ser um edifício municipal.

Já abordámos a Junta de Freguesia no sentido de refazermos todo este negócio mas terão que ser dados estes passos prévios de negociação com o INATEL para revermos o contexto da cedência desse edifício e das piscinas face a estas muito maiores necessidades de investimento que, entretanto, surgiram. Logo que esta matéria esteja concluída, voltaremos ao trabalho com a Junta de Freguesia de Santa Luzia no sentido de encontrarmos uma solução adequada para o edifício já que os objetivos iniciais da Junta se encontram manifestamente ultrapassados. Há a intenção de fazer um investimento no edifício que foi a antiga igreja e temos todo o empenho e interesse em apoiar a Junta de Freguesia nesse trabalho.

Sr. d. m. João Santos: – Muito bom dia senhor presidente e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Gostaria de questionar o senhor presidente da Câmara sobre a existência de uma forma mais expedita de os municípios poderem participar à Câmara, pequenas anomalias e reparações necessárias.

Há pouco mais de oito dias assistiu-se a uma conferência interessante onde foi apresentada uma aplicação utilizada pelo município de Lisboa. O senhor tem sido pioneiro em muitas coisas e lembro-me daquela aplicação «Na minha rua» que lançou logo que chegou ao Ambiente. Pergunto-lhe se é dada a devida atenção a pequenas coisas que se vão deteriorando como, por exemplo, aqueles protetores de estrada ali junto à moagem em que alguns estão arrancados e outros atirados para a berma.

É necessário proceder a essas e a outras pequenas reparações no concelho. Aquele percurso por detrás do Clube Náutico é muito agradável onde as pessoas andam a pé mas a descida de um dos lados está impraticável e torna-se perigoso descer ou subir por ali porque o piso está extremamente escorregadio.

Todos sabemos que, em comparação com o resto do mundo, a legislação em Portugal referente à segurança é uma espécie de brincadeira, algo um pouco insipiente. Com a escassa e pouco rígida legislação existente, seria pelo menos necessário cumpri-la e o Estado e as câmaras municipais nem sempre dão um bom exemplo, por isso apelo a um pouco mais de atenção relativamente ao cumprimento da legislação de segurança, nomeadamente no assinalar de obras.

Pode ser um trauma recente meu mas não me agrada nada ver aquelas varetas de ferro com 50 cm ou um metro de altura espetadas em qualquer lado sem qualquer proteção a servirem de suporte das fitas de segurança das obras. Há dias um senhor magoou-se numa obra privada de uma residencial ali no Alto das Covas onde estão três dessas varetas espetadas e no concelho da Praia da Vitória houve também recentemente uma tragédia com uma vareta dessas.

No que respeita à atividade municipal e como já não se fala disto há uns tempos, gostaria de ouvir o comentário do senhor presidente da Câmara relativamente à circulação de viaturas pesadas no centro urbano de Angra, nomeadamente os autocarros de passageiros. Sei que é genuína a sua preocupação com o ambiente, com a cidade e com a segurança das pessoas mas pergunto-lhe se tem algo pensado e se este problema terá solução a médio ou longo prazo porque a Praça Velha parece uma central de camionagem e há situações em que se encontram ali três autocarros de 60 lugares que, todos juntos, não completariam uma carrinha de 9 lugares.

Quanto ao estacionamento, ou os parques estão mal concebidos e aceitamos que se instale o estacionamento selvagem ou vamos ter que os fiscalizar também porque, no novo parque do

Relvão, cerca de 10% dos carros estão mal estacionados de acordo com as marcações no pavimento. O parque tem que ser assim? Aquele é o número máximo de lugares possível de marcar por área ou poderá haver um melhor aproveitamento do espaço? Penso que estarão a ser planeadas áreas ajardinadas entre o estacionamento mas parece-me escusado porque, se não for para carros normais, aquilo só vai servir de lugares de estacionamento suplementares que é o que acontece no parque de estacionamento de Santa Luzia.

Por fim, e só porque a PSP já recusou receber o grupo municipal do Partido Socialista para esclarecer o policiamento no concelho, sugiro ao senhor presidente da Assembleia Municipal que, através da Mesa, solicite à PSP uma reunião para a qual eu desafio a estarem presentes os representantes de todos os grupos com assento municipal.

Digo-o aqui publicamente a assumo porque tenho provas: neste momento o problema do policiamento em Angra já não é só a falta de efetivos. Fica registado que os agentes da PSP fazem vista grossa aos problemas do concelho e da cidade; se não a todos, fazem-no em relação a alguns e ainda não percebi porquê. Deixo a sugestão para que seja a Assembleia Municipal enquanto órgão a solicitar essa reunião para que os grupos municipais representados possam pedir alguns esclarecimentos.

Não sei se é uma espécie de greve de zelo. «Como temos poucos efetivos, se não for urgente ou muito importante, não fazemos nada. Se houver um carro mal estacionado em cima do passeio, a gente espera como os outros; quando lá chegarmos, contornámo-lo e vamos à nossa vida...» Há muitas outras situações registadas e documentadas. Deixo esta sugestão no interesse da própria Assembleia e dos munícipes de Angra, senão apresentaremos um requerimento a solicitar uma audiência com base na recusa por parte da PSP em falar com o Partido Socialista.

Sr. presidente da Câmara: – Se me permitem, lembro que esta Assembleia tem os seus representantes no Conselho Municipal de Segurança onde têm a possibilidade de interrogar a PSP ou qualquer outra força de segurança sobre aquilo que entendam.

Nós operamos um acesso chamado «Na minha rua» em que recebemos dezenas de questões que vamos resolvendo. A Câmara de Angra é também pioneira na aquisição de máquinas específicas para a limpeza de limbos, uma a vapor e outra com escovas de aço, e tenho a certeza que a senhora vereadora fará passar rapidamente a máquina pelo passeio acima.

As varetas espetadas no chão como proteção de obras são um assunto muito sério, uma violação grave da lei e dos regulamentos e tem havido um extremo cuidado no que diz respeito a obras e espaços municipais onde é explicitamente proibido que isso se faça. É possível usá-las nas obras particulares desde que estejam devidamente protegidas mas farei chegar ao nosso fiscal a informação da necessidade de passar por esses locais.

Está neste momento em curso um processo que visa alterar a situação da circulação pela cidade dos autocarros e outras viaturas pesadas, uma questão bastante mais vasta porque implica alterações e ajustes em passes e bilhetes. Se alguém comprasse um bilhete dos Altares para Angra teria que adquirir um segundo bilhete até ao hospital ou outro lugar qualquer, uma situação que não seria muito razoável, e há que criar uma validade nos bilhetes e passes de quem vier de fora da cidade para que o valor dos *mini bus* dentro da cidade esteja incluído no bilhete inicial. Isso permitirá criar um interface mais simples mas há um trabalho que está a ser feito e envolve o Governo Regional que tem a tutela nessa área com vista à criação de coroados de transporte para que o passe sirva nas diversas zonas, ou seja, o bilhete do autocarro sirva para os *mini bus*. É possível criar duas interfaces, uma a Leste junto à praça de touros e outra a Oeste no Bailão. Há aqui uma questão negocial tripartida que ainda não está resolvida para a criação de condições para que os bilhetes funcionem sem quaisquer dificuldades.

Quanto ao estacionamento, que eu saiba, todos os nossos parques estão desenhados de acordo com o regulamento aplicável. Os projetistas seguem esse regulamento que dimensiona os

lugares e está pensado para os carros com a dimensão máxima autorizada por lei mas, de vez em quando, aparece um que preenche todo o espaço.

Sr. presidente da Mesa: – Informo o senhor deputado João Santos que não terei qualquer problema em solicitar uma audiência ao senhor comandante da PSP embora, como lembrou o senhor presidente da Câmara, esta Assembleia esteja representada no Conselho Municipal de Segurança onde o senhor comandante da polícia presta os esclarecimentos que entender. É preciso não esquecer que se trata de uma entidade que depende diretamente do Ministério da Administração Interna mas farei esse esforço e comunicarei imediatamente a todos os grupos parlamentares a resposta dada pelo senhor comandante. Pela postura que tem demonstrado, e contrariamente ao anterior, estou convencido que o senhor comandante da PSP não deixará de nos receber.

Sr. d. m. João Santos: – Pergunto aos representantes da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Segurança se essas questões alguma vez foram colocadas e se pretendem partilhar a informação com o resto da Assembleia. Se calhar, poderia passar a ser uma prática corrente, ou seja, os representantes nessas comissões poderiam passar a partilhar connosco aqui na Assembleia Municipal o que fora discutido, as propostas apresentadas e as respostas obtidas nessas reuniões.

Sr. d. m. Francisco Trovão: – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados. Na reunião do Conselho Municipal de Segurança que reuniu na passada segunda-feira dia 18 de fevereiro foram apresentados vários assuntos relacionados com a segurança como o senhor presidente da Câmara teve oportunidade de referir. A PSP, através do seu representante, relatou o que tinha acontecido no período vigente como a situação das mortes referidas pelo senhor deputado Luís Rendeiro. Adiantou ainda que, no que respeita a tráfico de drogas e roubos, a situação não tinha sido tão alarmante, não se tendo detetado situações consideradas muito graves. Eu tive a oportunidade de intervir para dar conta de uma situação relacionada com o consumo de drogas em S. Bento que a PSP acompanhava mas deixou de o fazer, e foi dada nota de que, a partir de agora, haveria uma ação mais efetiva em relação a este caso em concreto. De acordo com o relatório apresentado pelo senhor representante da PSP, a situação à partida não suscita grandes preocupações mas prometeu continuar em cima do acontecimento.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – A bancada do PSD está seriamente preocupada com a acusação de extrema gravidade feita pelo senhor deputado João Santos acerca da eventualidade de a PSP fazer vista grossa a problemas de segurança no concelho, algo que não se faz sem conhecimento de factos. Acredito que o João Santos não o faria gratuitamente, por isso gostaria que, numa segunda intervenção, pudesse desenvolver um pouco mais esta preocupação que é, de facto, gravíssima e nos deixa a todos muito apreensivos. Gostaria que nos dissesse em que se baseia para afirmar que os agentes da autoridade deixaram de exercer a sua obrigação de zelo pela segurança de nós todos, de proteger pessoas e bens. Se se verifica esta acusação feita pelo deputado João Santos, tudo o que foi dito ou tratado no Conselho Municipal de Segurança e as preocupações aqui manifestadas pelo senhor deputado Francisco Trovão passam a valer zero porque a PSP desvaloriza os problemas de segurança do concelho.

Gostaria de aceitar o desafio que o senhor presidente da Câmara me fez de resolver eventuais dessintonias entre o grupo municipal do PSD e os seus recém-eleitos órgãos concelhios da Rua do Galo. Compreendo a sua preocupação, até porque é mais fácil ver o argueiro no olho dos outros do que a tranca na própria vista, e devolvo-lhe o desafio de visitar a sede do Partido Socialista ali na Rua do Marquês porque os temas que temos estado a tratar nesta Assembleia Municipal, alguns de âmbito de ilha e regional, contam com o obstáculo direto do presidente do secretariado de ilha do PS da Terceira que é também vice-presidente do Governo Regional e acha que está tudo muito bem assim.

Se formos ver as conclusões das jornadas parlamentares do Partido Socialista recentemente realizadas na Terceira, que desvalorizaram de uma ponta à outra todas as preocupações desta Assembleia Municipal e do Conselho de Ilha que a todos nos têm unido, talvez deva recomendar ao senhor presidente da Câmara que vá à Rua do Marquês afinar mais umas coisinhas porque os desafinos do PSD não têm consequências para o desenvolvimento da ilha porque não somos nós quem está a governar; até gostaríamos que assim fosse mas os senhores é que ganharam as eleições. Visitem a vossa sede e entendam lá essa coisa do PS que governa na maioria das freguesias, nas câmaras, no Governo Regional, no Governo da República e por todo o lado, e nos trouxe onde estamos. Aceito o seu desafio mas aceite também o nosso.

Sr. presidente da Mesa: – Aceito com certeza e posso dizer-lhe que tenho lá cadeira permanente.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – É preciso é que ela sirva para alguma coisa. Não repita aquele desabafo que teve há pouco porque começo a preferir que não tivéssemos votado a favor do orçamento. O PSD não é o obstáculo para que o senhor presidente da Câmara cumpra o seu programa e faça com que esta ilha se desenvolva; são outras coisas que estão em própria casa, senhor presidente.

Agora um recadinho aqui para o CDS-PP que se quis demarcar do voto favorável do PSD aos documentos previsionais mas votou a favor do orçamento da região e as questões que temos estado aqui a debater têm a ver com competências regionais. Nós votámos a favor do orçamento municipal com muitos pontos em comum e o orçamento regional é que é uma chatice. Gostaria de devolver esta preocupação porque é premente.

Sra. d. m. Brites Baldaia: – Em jeito de resposta à senhora deputada Isabel Berbereia sobre a deslocação da fábrica de automóveis elétricos, não está em causa a decisão do privado para que o investimento seja feito na Lagoa mas ficou subentendida a possibilidade da existência de apoios públicos. Se a Câmara Municipal de Angra não foi merecedora desses apoios por parte do Governo Regional, no mínimo deveria procurar saber porque é que os outros são apoiados e nós, não.

Quanto à intervenção do senhor deputado Luís Rendeiro, como sabem, os partidos têm as suas estruturas e tenho muito gosto em dizer que não precisam de nos mandar para a rua de S. João para nos entendermos porque temos as coisas em dia. O grupo parlamentar do CDS-PP faz parte da CPI, tivemos um parecer contrário a essa aprovação do orçamento e nada disso nos melindra minimamente.

Sr. d. m. João Santos: – Agora tenho que ter cuidado com as minhas intervenções porque, com o sistema de justiça português, ainda corro o risco de ser preso. Senhor deputado Luís Rendeiro, partimos do princípio que não há polícia em Angra porque parece que não existem; ou não passam em nenhuma das ruas por onde nós passamos ou então fazem vista grossa. Não outra hipótese.

Se formos ali à janela, vemos dois carros parados sem o condutor no lugar; não pode. Se passar ali um carro da polícia e continuar a subir, fez vista grossa àquilo que eu vi também. Se formos todos ali abaixo, podemos contar quantos carros estão estacionados na paragem da urbana ali ao pé do jardim. Ou partimos do princípio que, durante todo o dia, não passa ali um único agente da autoridade ou passa e faz vista grossa.

Mudou a legislação das coimas a quem estaciona em lugares reservados a pessoas com mobilidade reduzida. Apenas por curiosidade, gostaria de saber se já foi aplicada uma única sanção dessas na ilha Terceira...

Voz não identificada: – Mês e meio sem carta...

Sr. d. m. João Santos: – A senhora deputada?... Bem feita! Não disse que nunca foi aplicada; perguntei se já foi e se foi, foi bem feita. Gostaria de saber se alguém já passou uma única vez de dia ou de noite em frente àqueles dois mercados da Silveira, que não visse carros parados ali.

O que eu disse e reafirmo é que a PSP não zela pela segurança dos angrenses, que é só a proteção, isso em sentido lato; agora, em factos óbvios fazem vista grossa, sem dúvida nenhuma. Um carro da polícia espera ali ao pé do portão da Twin's depois passa e vê três carros parados, um autocarro a vir para cá e uma senhora que está para atravessar e ainda diz: «Saia!». A seguir vira e segue; está a fazer o quê? Poderão dizer: «Possivelmente estava numa missão mais prioritária.» Até acredito mas, sem marcha de urgência? Sem pirilampos ligados? Por isso é que disse que tenho dúvidas e gostava de as esclarecer.

Até me apresentarem argumentos, eu, cidadão de Angra, vou pensar como pensam muitas outras pessoas: que a PSP faz vista grossa. Não me digam que nenhum agente da autoridade vê o que se assiste nos parques de estacionamento desta cidade, não respeitando os espaços verdes, os espaços de circulação dos peões, etc. Era a isto que me referia. Reafirmo que a PSP, nomeadamente a divisão de trânsito, faz vista grossa a muitas coisas que observam nesta cidade e interrogo porquê.

Sr. presidente da Mesa: – Não sendo meu hábito intervir neste período, gostaria de referir algo acerca do que aqui foi discutido sobre o Centro Interpretativo. Não compreendo nem aceito que não haja uma participação do Ministério da Cultura nem da secretaria que tutela a cultura nos Açores relativamente ao equipamento multimédia e, sobretudo, à pesquisa que é preciso fazer sobre a nossa história.

O Centro Interpretativo dos Capelinhos em termos físicos custou seguramente muito mais do que está ali a ser feito. A própria componente multimédia terá certamente custado tanto ou mais do que estamos a gastar ali no Centro Interpretativo. É óbvio que o Governo Regional não encomendou à Câmara de Angra que fizesse aquela obra; todavia é uma questão de solidariedade e de respeito pela importância histórica da ilha Terceira.

Quando me desloco a Lisboa e pergunto a um taxista se sabe que a ilha Terceira já foi a capital de Portugal, diz que não sabe mas é capaz de se lembrar de toda a equipa do Benfica ou do Sporting do final do século passado. Isto é grave e diz respeito a todos nós.

Deixo este alerta em jeito de preocupação que deve ser comum a todos e o Centro Interpretativo de Angra não deve ser mais uma coisa apenas para constar. Estou a lembrar-me que foi aqui que começou a globalização e lembro também a presença dos judeus na ilha Terceira. Há cidades com muito menos importância no que respeita à presença de judeus e têm percentagens significativas de fluxos turísticos desde Israel e das comunidades americanas que também se deslocam de visita a esses lugares. No Alentejo há também a preocupação de divulgar a importância da sua presença.

Não se registaram mais intervenções. A informação da atividade municipal foi considerada apreciada.

1.2 - Primeira Revisão ao Orçamento dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para 2019. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – Muito boa tarde senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhor presidente da Câmara e colegas vereadores. Trata-se de uma simples revisão visto que faltavam 800 euros na rubrica para se poder cumprir com o contrato para as rendas da impressora da faturação dos clientes dos SMAH.

Não havendo mais intervenções e após votação, o documento constante do Ponto 1.2 foi aprovado por maioria com 26 votos a favor (20 do PS, 1 da d. m. independente e 5 do PSD) e 8 abstenções (6 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.3 - Regulamento dos Cemitérios Municipais de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – O regulamento em vigor dos cemitérios municipais data de 1969 e está manifestamente ultrapassado pela saída de legislação que derogou uma boa parte das suas normas. É uma matéria reduzida a muito pouco porque a legislação cobre praticamente todos os aspetos de funcionamento dos cemitérios e trata-se apenas de uma atualização num regulamento sem grande relevância.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Toda a regulamentação é complexa, por vezes exige alguma competência jurídica para análise e ao longo deste mandato o senhor presidente tem cuidado da atualização de sucessivos regulamentos municipais de tudo e mais alguma coisa. Devido a alguma sensibilidade inerente aos cemitérios e às questões fúnebres, gostaríamos de saber o que se altera, o que corria mal e que competências devem ter as pessoas que trabalham e cuidam de um cemitério de modo a preservar a manutenção dos espaços e a dignidade das cerimónias que lá se processam.

Brincando um bocadinho mas falando de coisas sérias, todos nos lembramos de um concurso para contratação de um coveiro no concelho vizinho em que era manifestamente exagerado o nível das habilitações literárias exigidas incluindo a fluência em línguas estrangeiras, o que era absolutamente desnecessário para as funções em causa.

Quem trabalha num cemitério deve saber comportar-se e realizar a sua tarefa durante uma cerimónia fúnebre porque, decerto, todos já assistimos a funerais em que a postura dos funcionários era um bocadinho descuidada. Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos desse mais alguns esclarecimentos adicionais acerca do que muda nos espaços, nas normas e nas condutas, se é que é possível implementar um regulamento nos cemitérios porque ninguém vai deixar ninguém por enterrar em lado nenhum.

Sr. presidente da Câmara: – Este regulamento está em vigor desde 1969 sem levantar qualquer dúvida ou questão e temos que confessar que só demos pela sua desatualização quando uma das freguesias nos informou que precisava de um regulamento e lhe dissemos para usar o nosso. São mais as coisas que desaparecem do que as que se alteram porque a legislação cobriu uma boa parte dos aspetos que constavam do regulamento antigo que ficou bastante mais escurto. Não há nenhuma alteração de fundo, apenas uma atualização face ao enquadramento legislativo, e a única mudança tem a ver com a queima de resíduos que dava um aspeto um bocadinho desleixado nos nossos cemitérios. Quando se retiram as ossadas, é também removido dos caixões, material não biodegradável como os tecidos usados nos cadáveres, apesar de ser proibido por lei. Havia uma tradição de queimar esses resíduos num canto do cemitério, o que fica agora proibido por esta atualização ao regulamento porque se violava a lei geral.

A questão da dignidade já estava contemplada no regulamento anterior; creio que os nossos coveiros têm tido um comportamento absolutamente digno e não tenho tido nenhuma queixa. Tenho assistido a muitos funerais e não tenho visto nada a acontecer fora do normal. Temos um técnico superior encarregado dos cemitérios que é uma pessoa com larga experiência e com um comportamento exemplar nesta matéria e os nossos cemitérios podem ser visitados em qualquer altura porque se encontram num estado excelente.

Os requisitos habilitacionais para coveiros não são assim tantos. Nos últimos dois anos abrimos vagas para dois coveiros, o concurso decorreu sem particular solução e foram recrutados os dois homens que lá estão a trabalhar.

Sra. d. m. Brites Baldaia: – Percebi que existe aqui uma preocupação com o período legal entre inumações que está fixado em nove anos mas não encontrei isso na legislação nacional.

Sr. presidente da Câmara: – A legislação nacional fixa um período mínimo de três anos e cabe aos municípios estipularem livremente o tempo restante que depende das características climáticas e dos solos de cada região. A experiência com decomposição de cadáveres no nosso solo de acordo com o nosso clima ao longo de muitos anos levou a esse período que está em vigor desde há muitos anos nos cemitérios municipais.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o Regulamento dos Cemitérios Municipais de Angra do Heroísmo constante do Ponto 1.3 foi aprovado por unanimidade.

1.4 - Terceira alteração ao Regulamento Municipal de Apoio à Melhoria das Condições de Habitação no Concelho de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Ao contrário do regulamento dos cemitérios, este tem corrido relativamente mal. Estamos a fazer aqui apenas uma alteração pontual e a modificar um prazo de um ano para seis meses para que os beneficiários dos programas de apoio à habitação sejam mais céleres na aplicação dos dinheiros. De acordo com a tal transição de saldo, chegámos ao fim do ano passado com cerca de 220 mil euros de apoios atribuídos e não executados. Esta é apenas uma solução intercalar e fica aqui o compromisso de trazermos um pensamento novo em matéria de apoio à habitação porque, uma boa parte dos beneficiários são pessoas idosas ou outras com baixa escolaridade e pouca capacidade para resolverem as suas vidas; recebem o apoio e depois não são capazes de contratar o empreiteiro ou não possuem a parte complementar do dinheiro para poderem executar a obra.

A atribuição de apoio por parte da Câmara não tem resultado com a celeridade pretendida na melhoria efetiva da qualidade habitacional dos beneficiários. O regulamento tem um enquadramento legal complexo que exige algum grau de pensamento e debate e esta alteração muda apenas o prazo de doze para seis meses.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Este regulamento tem tido, de facto, alguns problemas que não estão inerentes ao seu texto. A emissão de requisições por parte da Câmara Municipal deve ser mais célere porque os empreiteiros não querem iniciar as obras sem esse documento para não correrem o risco de ficarem um ou dois anos à espera do pagamento de um serviço realizado. Como todos sabemos, as pequenas empresas de construção civil têm muitas dificuldades e estão agora a começar a pôr a cabeça de fora depois de uma crise muito profunda que afetou o seu setor. Os empreiteiros consideram que o comprovativo do apoio concedido não é suficiente e querem mais garantias de que o mesmo vai ser efetiva e rapidamente atribuído para que o proprietário possa avançar com as obras. Julgo que estas situações não têm a ver com o regulamento propriamente dito mas sim com a celeridade dos serviços.

Sr. presidente da Câmara: – O senhor deputado foi exatamente ao cerne da questão porque, quando cabimentamos uma requisição aquele dinheiro fica cativado; por isso referi que temos cerca de 200 mil euros de requisições emitidas sem obras feitas e, com esta redução do prazo, podemos reemitir uma requisição para outro beneficiário. Há muito dinheiro preso a beneficiários que não executam e atrasam a emissão de requisições a outros que estão em lista de espera. São aprovados os apoios e depois são cabimentadas cada uma das requisições que vão saindo dentro daquilo que está orçamentado.

Quando se emite uma requisição, esse dinheiro fica cativo até à execução da obra. No atual contexto o dinheiro fica cativo durante um ano inteiro e no fim, se a pessoa não executa, o dinheiro é entregue a outro. A celeridade da emissão das requisições está na origem desta alteração que pretendemos fazer e a nossa análise coincide com a sua. Há demasiadas requisições paradas e muitas pessoas à espera e é preciso fazer circular mais depressa. Quem não executa deve dar lugar a outro que pretende executar.

Estamos seriamente a considerar a possibilidade de irmos a contraturalizar com as Juntas de Freguesia uma atualização mais próxima e rápida para que as mesmas participem no processo e contratem os empreiteiros porque uma grande parte do problema tem a ver com o facto de os beneficiários não terem capacidade física e mental para conduzirem o processo. Pretendemos reduzir o tempo para 50% para que o dinheiro circule duas vezes mais rápido.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Por vezes alguns atrasos devem-se a dificuldades em coordenar várias vertentes da obra ou à conveniência de adiar certos tipos de intervenções para períodos do ano mais secos, além da dificuldade de angariar alguns fundos próprios para se fazer avançar com a empreitada.

Percebendo a necessidade de fazer o dinheiro circular mais depressa, pergunto se os excluídos voltam a entrar na lista, caso contrário, isto não merecerá a nossa concordância, salvo os casos de força maior. Penso que, na maior parte dos casos, não haverá intenção de atrasar as coisas e gostaria de saber qual a salvaguarda dessas pessoas.

Sr. presidente da Câmara: – Essa questão está devidamente salvaguardada. Quando alguém não executa é contactado, perguntar-lhe-emos o que aconteceu e se pretende outro empreiteiro. Se quiser continuar com a obra, é reemitida a requisição e esse beneficiário volta a entrar na fila de espera.

Volto a dizer que este regulamento tem um problema estrutural e precisa de ser repensado porque este meio que estamos a usar não é claramente o melhor e a emissão de requisições para se fazer obras não me parece a solução mais adequada. Esta é apenas uma mera alteração intercalar pontual mas o objetivo é aparecer com um regulamento novo que liberte a Câmara e os particulares deste ciclo vicioso de esperar, reemitir, esperar, reemitir. Vamos reunir com os senhores presidentes de junta para chegarmos a um novo pensamento e este regulamento terá que ser estruturalmente mudado.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Senhor presidente, só para esclarecer que a cabimentação não vincula a verba; a emissão da requisição é que vincula a verba àquela candidatura.

Sr. presidente da Câmara: – A emissão da requisição é o resultado da cabimentação.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O PSD vai votar a favor desta alteração de pormenor aqui apresentada salientando a necessidade de reformular todo este regulamento com vista a torná-lo mais simples e operacional para que os beneficiários saiam mais beneficiados, passe a redundância.

Terminadas as intervenções e após votação, a proposta constante do Ponto 1.4 foi aprovada por maioria com 35 votos a favor (22 do PS, 1 da d. m. independente e 12 do PSD) e 2 abstenções do CDS-PP.

1.5 - Alteração ao Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação do Concelho de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Este é um regulamento novo que tem dado boa prova de si mas com a resolução de três questões. A primeira resulta de uma alteração legislativa que fez

desaparecer a figura da demissão de uma comunicação prévia, por isso são retiradas todas as revisões à demissão. A segunda questão torna efetiva a obrigatoriedade de apresentar todos os documentos em formato digital, iniciar um processo de digitalização do arquivo existente e devolver aos interessados os documentos físicos que venham a ser digitalizados. A Terceira alteração tem a ver com a transformação dos pareceres dos SMAH de externos para internos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Há aqui uma questão muito importante que é a desmaterialização dos processos. Havia um custo acrescido para o munícipe que quisesse entregar um projeto na Câmara, valor que os próprios gabinetes de projetos cobravam às pessoas porque não era possível entregar muitos desses projetos numa fotocópia simples tamanho A4 por serem desdobráveis e de um tamanho superior. Considero necessária e benéfica esta alteração que vai agilizar todos os procedimentos e facilitar a vida às pessoas visto que não era necessário que esses documentos se acumulassem em arquivo na Câmara de uma forma convencional.

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a alteração constante do Ponto 1.5 foi aprovada por unanimidade.

1.6 - Designação dos seguintes elementos para constituírem o júri do procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão de Desporto e Promoção da Qualidade de Vida da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo:

Presidente:

- Chefe da Unidade de Desenvolvimento de Serviços Integrados,
Paulo Henrique Rocha Fantasia Cardoso.

Vogais:

- Chefe da Unidade de Gestão Financeira e Recursos Humanos,
João Pedro Mendes Menezes Cardoso.

- Chefe da Unidade de Cultura e Apoio Social,
Sandra Patrícia Vieira Costa.

Vogais suplentes:

- Chefe da Unidade de Urbanismo e Infraestruturas Municipais,
Paulo Manuel Borba Mont'Alverne Sequeira.

- Chefe da Unidade de Águas dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo,
Gil da Silva Navalho.

Propõe-se ainda nos termos do artigo 24.º, n.º 2 da lei supramencionada a atribuição de despesas de representação no montante previsto no n.º 1 do mesmo artigo ao candidato a selecionar. Para deliberação do órgão deliberativo municipal nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto.

Sr. presidente da Câmara: – Na sequência da alteração aos limites de cada um dos tipos de chefia que foi aprovado por esta Assembleia na sua última sessão, torna-se necessário abrir concurso para o preenchimento deste lugar por uma chefia de 3º nível e permitir a sua passagem para uma chefia de 2º nível. O júri é o que consta da lista e o objetivo é este, um resultado lógico da nossa ação há uns meses.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O PSD tem-se abtido em todas as nomeações de júris para situações análogas em termos de gestão interna da Câmara. Apesar de ter que vir à Assembleia Municipal, entendemos que a Câmara é perfeitamente competente para nomear os seus júris, por isso vamos voltar a abster-nos.

A Assembleia Municipal designou por maioria o júri proposto com 28 votos a favor (24 do PS, 1 da d. m. independente e 3 do PSD) e 10 abstenções (8 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.7 - Proposta de Geminção entre o Município de Angra do Heroísmo e a Cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Para autorização do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea t) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

1.8 - Proposta de Geminção entre o Município de Angra do Heroísmo e a Cidade Velha, Cabo Verde. Para autorização do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea t) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Peço ao senhor presidente da Mesa para analisarmos simultaneamente os Pontos 1.7 e 1.8 dada a natureza similar das matérias.

Recebemos convites de geminação destas duas cidades e convites desta natureza não devem ser recusados. Não sei qual o destino de um deles, o do Rio de Janeiro porque, quem o fez já não é o presidente da Câmara, houve eleições e grandes alterações políticas.

A Cidade Velha em Cabo Verde tem tido uma grande proximidade connosco. O senhor presidente da câmara esteve cá há uns meses e é um dos membros do conselho de administração do património mundial em conjunto com Angra do Heroísmo. Os convites são honrosos e creio que a nossa cidade tem a obrigação de lhes corresponder.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – De facto, fica feio não aceitar convites deste tipo. Apesar de o PSD acabar por votar sempre a favor das geminações, julgo que está a começar a faltar alguma diplomacia económica ao simples ato da geminação que não se pode esgotar numa viagem dos de cá aos de lá e vice-versa, para não lembrar a ida a Jining na China em que alguns empresários julgavam que iam vender peixe e carne e acabaram por reunir com sucateiros.

O pedido que o PSD lhe faz, senhor presidente, é que a política de geminações não se esgote numa confraternização social que ocorre uma vez ao ano quando alguém se visita. É preciso também algum intercâmbio cultural e social, pujança, dinamização e investimentos no concelho que resultem na geração de emprego e para que as empresas de cá possam exportar algumas coisas e essas mais-valias revertam a favor da economia da nossa terra.

Parece-me que começamos a ter uma parede cheia de cidades gémeas ali fora mas tudo isso se traduz em pouco sumo para nos fazer crescer. Se não podemos contar com os meios oficiais da estrutura hierárquica governativa regional e da república que aqui muitas vezes criticamos, porque não, através dos nossos próprios meios e dessa política de geminações, tentarmos o «algo mais» que nos tem faltado nas outras capelinhas onde nos fartamos de bater e ninguém abre a porta?

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – No âmbito das geminações e independentemente do voto, da confiança e do honroso convite que foi formulado, queria dar dois testemunhos recentes daquilo que me parece vir a esclarecer a Assembleia. Pelo que constatei, infelizmente a participação geral de todos os membros que aqui estão nas comemorações dos aniversários de geminação com Évora e com a Golegã foi muito fraca, o que não favorece muito os eventos, não nos dignifica nem honra o voto que hoje vamos prestar.

Indo de encontro à intervenção do senhor deputado Luís Rendeiro, foi muito interessante aquilo que se assistiu aqui relativamente a Évora, ou seja, deixaram pistas da forma como foi feito o desenvolvimento e a imagem cultural da cidade que, de alguma forma, pode ser um exemplo para Angra se seguirmos algumas daquelas pistas e a forma como souberam valorizar o património. Penso que podemos aprender muito com tudo aquilo.

Outro exemplo brilhante foi a comemoração com a cidade da Golegã. Foram também deixadas aqui pistas práticas muitíssimo interessantes daquilo que se poderia fazer para rentabilizar um

elo comum entre ambas as cidades. Está aqui o professor Artur Machado que poderá falar sobre isso muito melhor do que eu porque fez uma conferência sobre o intercâmbio no conhecimento e na dinamização do Pónei da Terceira relativamente à experiência da Golegã com os cavalos enquanto polo de desenvolvimento turístico. Saibamos nós, cidade município e também intervenientes, dinamizar e ser capazes de criar novas iniciativas e projetos que às vezes é o que nos falta.

Sr. d. m. Artur Machado: – Muito boa tarde a todos. Já agora que foi referida a gemação com a Golegã, agradeço à Câmara Municipal e ao senhor presidente por se ter chegado ao ponto a que se chegou em termos da gemação porque, por vezes não damos valor a uma quantidade de coisas extremamente preciosas que temos em casa. Neste caso foi alguém de fora dos Açores que, conhecendo os póneis da Terceira, teve uma vontade enorme que os mesmos fossem reconhecidos como a quarta raça portuguesa, reconhecendo também o seu valor no desporto equestre e na atividade turística. Esta gemação aconteceu este ano mas já vem dando frutos desde há longa data. Foi um momento extremamente feliz e cabe-nos tirar o maior proveito de um recurso que temos desde a época dos descobrimentos.

Às vezes é perigoso denominar ou classificar as coisas assim tão rapidamente. O senhor deputado não se esqueça que eram os póneis que transportavam o leite, traziam a lenha e o peixe para a cidade e eram os táxis de então. Se não fosse a ação de alguém de cá, da Câmara de Angra e do município da Golegã, provavelmente teriam desaparecido ou, como se diz em S. Miguel, teriam morrido de vez.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Sem discordar da intervenção do professor Artur Machado, os dois tipos de preocupações aqui apresentadas não colidem e até se complementam, mas é necessário acrescentar uma componente económica porque vivemos cá, necessitamos dela e temos que alimentar as nossas casas. Sabendo que o caminho se faz com passos pequenos, se hoje pudéssemos já estar a discutir o número de póneis da ilha Terceira exportados, a mais-valia gerada seria um acréscimo de satisfação perante aquilo que aqui está a ser discutido. Se houvesse investimento industrial chinês na ilha Terceira que gerasse mais umas dezenas de empregos, estaríamos mais satisfeitos mas apenas têm aberto mais lojas chinesas iguais às que já existiam.

O que pretendemos é que esta política de gemações se traduza em algo mais concreto e palpável para o crescimento da economia, valorizando a dinamização histórica, cultural e social. Temos que ganhar algo mais com isso além da satisfação, que também é boa, mas falta mais uma coisinha.

Sr. d. m. Artur Machado: – Concordo com tudo o que disse, tal como o senhor concordou comigo. No caso dos póneis, o número de animais era de tal maneira reduzido que ainda não é aconselhável a venda; mesmo assim, temos vários «embaixadores» no continente e muito em breve começará uma terceira fase da recuperação da raça que é a sua comercialização. Se não fosse a cooperação entre ambos os municípios, seria impossível apresentar os póneis em todos os certames. Estamos certos que o pónei da Terceira entrará numa fase em que trará rendimentos para a região.

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a proposta de gemação entre o município de Angra do Heroísmo e a cidade do Rio de Janeiro constante do Ponto 1.7 foi aprovada por unanimidade.

A proposta de gemação entre o município de Angra do Heroísmo e a Cidade Velha em Cabo Verde constante do Ponto 1.8 foi aprovada por unanimidade.

1.9 - Relatório de Gestão e Contas da TERAMB, EM, relativo ao 3.º trimestre de 2018. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Câmara: – Este é um relatório do terceiro trimestre que já nem sequer corresponde à última informação disponível. O que se poderia dizer sobre a TERAMB, já foi dito há pouco e trata-se apenas de cumprir a lei e os calendários.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Com ou sem candidatura a fundos comunitários, pergunto para quando é que se poderá prever a construção de mais uma instalação que permita que todas as operações de mineração possam ser realizadas a coberto, evitando a dispersão pelo vento dos produtos retirados das bolsas de aterro. Uma das funções mais importantes daquela incineradora era a remoção e redução do passivo sanitário, sabendo-se que é pouco ou nenhum o poder energético dos resíduos das bolsas mais antigas, mas essas operações não podem continuar a ser realizadas a céu aberto por se tratar de uma zona ventosa.

Sr. presidente da Câmara: – A construção de um pavilhão é uma necessidade mas o tipo de estrutura depende de uma outra decisão que tem a ver com a migração dos resíduos de S. Miguel para um sistema de TMB (Tratamento Mecânico Biológico) e nesta altura temos que fazer aqui algum compasso de espera. Uma coisa será construir apenas o edifício que precisamos para essas operações, algo que a TERAMB pode fazer com meios próprios ou com recurso a fundos comunitários se surgirem os avisos esperados no mês de março, mas a questão mais vasta envolve um investimento de cerca de dois milhões de euros na criação de um espaço que permita proceder a um tratamento mais diferenciado para reduzir as entradas na incineradora se tivermos que acomodar o que vier de outras ilhas. Quando esta matéria se esclarecer e os respetivos avisos surgirem nos próximos tempos, e porque a situação financeira da empresa o permite, estaremos em condições de partir para o investimento de construção do pavilhão.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Julgo que este compasso de espera se pode tornar demasiado longo porque as decisões relativas ao processo de tratamento de resíduos em S. Miguel têm os contornos já aqui abordados. Os processos estão em tribunal, com a morosidade da justiça que todos conhecemos, enquanto nós por cá continuamos a ter o nosso próprio problema ambiental em todo aquele perímetro da TERAMB. Reconhecendo os custos daí inerentes, temos que tomar uma decisão adequada às exigências atuais e não podemos ficar dez, doze ou quinze anos à espera de uma decisão judicial definitiva...

Sr. presidente da Câmara: – Dez, doze ou quinze dias, talvez.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Tendo em conta os montantes que estão previstos para S. Miguel, a dimensão daquilo que estava projetado e o interesse económico dos operadores que lá se querem instalar, prevejo que a batalha judicial não se esgote nos próximos quinze dias. É fácil prever uma coisa destas e isso não nos vai resolver o problema. Apesar de este documento vir à Assembleia apenas para conhecimento, o apelo que o PSD faz é que a Câmara comece a equacionar o problema porque o tempo de espera poderá ser demasiado longo, quanto mais não seja, para melhorar as condições de trabalho dos funcionários daquela instalação.

Sr. presidente da Câmara: – Essa é uma matéria que está em cima da mesa da TERAMB, a senhora vereadora estava aqui a dizer-me que essa questão está equacionada e as decisões serão tomadas rapidamente em função dos desenvolvimentos. Logo no arranque da instalação detetou-se que era preciso melhorar e é o que faremos logo que soubermos o caminho a seguir.

Sr. d. m. Luís Brasil: – Qual é o plano de reinvestimento do lucro da TERAMB? Já não há lucro? Foi reinvestido em quê?

Sr. presidente da Câmara: – Em melhorias... em maquinarias.

Terminadas as intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Gestão e Contas da TERAMB constante do Ponto 1.9.

1.10 - Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição relativo ao ano de 2018. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

1.11 - Relatório anual de atividades e avaliação da Comissão de Crianças e Jovens de Angra do Heroísmo relativo ao ano de 2018. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Câmara: – Embora a Câmara tenha aqui uma participação inferior à da Assembleia Municipal que nomeia alguns dos membros da comissão, gostaria apenas de chamar a atenção dos senhores membros da Assembleia para o relatório que foi distribuído, do qual tenho um resumo para quem o pretender analisar de forma mais rápida. Vale a pena olhar para isto porque, apesar de se notarem claras melhorias no funcionamento da comissão do ponto de vista da taxa de sucesso na resolução de várias situações, há números que nos devem fazer refletir, particularmente aqueles que dizem respeito à relação da escola com as famílias, ao absentismo escolar e ao número de casos que são referidos para a comissão, via escolas.

Sr. d. m. Luís Brasil: – Esta é uma questão social que tem vindo a evoluir de forma negativa em paralelo com outras situações no nosso concelho e na ilha Terceira. Como cidadão, preocupa-me o aumento do insucesso escolar nos escalões etários entre os seis e os oito e entre os quinze e os dezassete anos de idade. A faixa etária entre os quinze e os dezassete anos é a mais complicada com 72 casos analisados em 2018 dos quais, 30 têm o ensino incompleto. Dos 50 casos analisados pela comissão na faixa etária compreendida entre os onze e os catorze anos, alunos frequentadores do 2º ciclo, 30 também não completaram o ensino.

No que refere à faixa etária dos dezoito aos vinte e um anos há algo que nos ultrapassa em termos de relatório porque se entra numa outra área de insucesso das próprias políticas sociais que se revelam ineficientes. Muitos dos jovens com idade superior aos dezoito anos não estão nas escolas; andam por aí com rendimentos precários, não convivem a tempo inteiro com as suas unidades familiares e alguns estão a ser acompanhados ao abrigo de outros programas que não estão contemplados neste relatório.

Em bom rigor, há aqui algo por fazer. Lemos este relatório como membros da Assembleia Municipal mas poderíamos fazer sair daqui alguma reflexão direcionada às autoridades intervenientes no processo para que, no mínimo, se procedesse a uma revisão estrutural e profunda na forma como estas situações são tratadas nas escolas e nos núcleos familiares onde tudo isto começa, como já dizia o velho Aristóteles. As políticas regionais e no nosso concelho estão muito direcionadas para os núcleos familiares e é aqui que se deve começar a agir de outra forma.

A própria entidade que elabora este relatório está numa instalação que já partilhou com outra instituição e enfrenta algumas dificuldades físicas e ao nível dos recursos humanos para acompanhar tudo isto, como já constatei algumas vezes. Salvo erro, no ano de 2018 foram lá parar 279 casos e a própria instituição tem dificuldade em processar e operacionalizar medidas relativas à sua resolução. Pela análise que fiz por fora para tentar obter mais alguma informação, percebi claramente que as próprias escolas não conseguem encaminhar todos os casos para a entidade que produz este relatório.

Temos escolas neste concelho com um único psicólogo para atender semanalmente largas dezenas de alunos com problemas, ou seja, num horário de trabalho de doze horas diárias, não conseguiriam atender minimamente as crianças e jovens que são encaminhadas para esse

acompanhamento psicológico. Reconheço que a autarquia não tem responsabilidades diretas nisto mas pode agir de forma indireta. Qualquer instituição regional ou autárquica pode sensibilizar mecanismos em parceria com outras entidades para minimizar os números dramáticos que vemos nestes relatórios.

Sr. presidente da Câmara: – Este relatório é da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e não da Câmara que é apenas o veículo, e não me sinto capacitado para responder a questões de outro órgão que tem representantes eleitos por esta Assembleia e lhe prestam contas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Começo por sinalizar a necessidade de haver um momento em que os representantes desta Assembleia nas várias comissões existentes no município possam prestar contas do seu trabalho porque a maioria de nós não faz ideia do que lá se passa. Julgo haver uma falha de comunicação e, se calhar, seria útil agendar uma reunião desta Assembleia para discutirmos e nos inteirarmos do trabalho destas comissões especializadas porque foram aqui suscitadas dúvidas nas várias bancadas que se devem apenas a desconhecimento por falta dessa partilha de informação.

Parece-me que este relatório começa a traduzir a verdadeira situação das condições sociais no concelho. Há melhorias nuns pontos e agravamento noutros, alguns muito graves, e as crianças e os jovens são os mais frágeis dos mais frágeis. Quando olhamos para os resultados deste relatório ficamos preocupados porque as crianças não têm a culpa e tudo isto revela um agravamento da condição social das famílias, da falta de ligação entre a criança, a família e o meio escolar e um problema com o exercício da autoridade, seja policial ou dos próprios educadores no meio familiar ou escolar.

Estes dados começam a ser reveladores de insucesso, para não dizer fracasso, nalgumas políticas sociais que talvez encontrem raiz na crise económica. Devemos discutir o trabalho feito e receber mais informação dos representantes da Assembleia Municipal nessas comissões. Esta casa pode também mandar de forma mais eficaz esses representantes, os que daqui emanam e os que não pertencem à Assembleia Municipal, para que estas questões não sejam apenas discutidas, se encontrem soluções e se corrijam comportamentos porque um jovem em perigo agora poderá transformar-se num perigo para a sociedade num futuro a médio prazo.

Senhor presidente, temos aqui um conjunto de dados arrepiantes que merecem um tratamento adequado por parte desta casa. A Câmara Municipal tem um importante conjunto de apoios e de intervenção social e deve ser tão eficaz e direcionada quanto possível desde que tenhamos o conhecimento adequado da origem desses problemas. Muitas vezes existe o hábito de usar dinheiro para resolver um problema mas quem não o souber gerir, acaba por aplicá-lo mal e o problema agrava-se.

Sr. presidente da Câmara: – Intervenho apenas como participante no debate porque não tenho o mandato para responder a qualquer questão específica da comissão e podemos olhar para esta matéria como para qualquer outra coisa, vendo o copo mais cheio ou mais vazio. Continuo a manifestar também a minha preocupação e considero que os membros nomeados por esta Assembleia devem ter uma posição mais proativa na comunicação daquilo que fazem.

Todos devemos ter plena consciência destes problemas mas não posso concordar que tudo esteja pior do que estava porque está muito melhor do que já foi apesar de muito longe de ser bom. Quem olhar para isto como eu que já o faço há muito, verá que há uma espetacular melhoria nestes dados ao longo destes últimos anos. Estamos muito longe de atingirmos o objetivo mas a verdade é que, a cada ano se têm dado passos na boa direção. Não vamos inventar um drama em torno disto e dizer que cada vez está pior. Há um drama, com certeza, mas esta é uma problemática muito antiga que tem a ver com questões estruturais da nossa sociedade e tem recebido enormes melhorias ao longo dos últimos anos.

Lembro ao senhor deputado que há uns tempos não havia um psicólogo em lado nenhum. Agora temos as únicas escolas do país que o têm e temos um rácio que é espetacularmente elevado quando comparado com os países da OCDE. As questões de ação e do rendimento no trabalho não me dizem respeito mas também devem ser pensadas quando se dizem essas coisas. É fundamental olharmos para estes dados, percebermos que há um caminho que é preciso continuar a fazer, e pedir aos senhores membros em representação da Assembleia que falem, assim como a Câmara já o fez em relação aos seus.

A colaboração da Câmara com esta comissão tem sido intensa. A verdade é que este relatório, que todos os anos aconteceu e ninguém o referiu, só aparece aqui com este formato e esta força porque houve uma grande melhoria no funcionamento da comissão que nos presta contas de outra maneira e existe uma maior proximidade e intervenção. Fica aqui o meu agradecimento e louvor ao presidente e aos membros da comissão que têm feito um enorme esforço no sentido de melhorarem a sua capacidade de intervenção como muito bem demonstra este relatório, o que não aconteceu nos anos anteriores.

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – Enquanto representante da Assembleia na comissão de educação, tive oportunidade de ouvir cada um dos representantes dos conselhos executivos das escolas. Não venho aqui definir estratégias mas posso dar conta de alguns projetos interessantes e inovadores nalgumas delas, iniciativas que poderiam ser replicadas através de uma interação com a Câmara Municipal e a promoção de alguns congressos, ações de formação ou outros eventos. Refiro-me concretamente à escola Ferreira Drumond que parece ter ali projetos bastante inovadores.

As escolas, as famílias, a Câmara Municipal e esta Assembleia têm o dever de articular e reforçar as suas ações no âmbito da ação social, um sinal que já foi dado aqui quando se discutiu o orçamento para este ano. É necessária uma política e atividades no âmbito da ação social que completem as políticas do Governo e, com a equipa técnica adequada, poderão desenvolver-se novas iniciativas e reforçar algumas já existentes.

Sr. d. m. Luís Brasil: – Tenho que discordar com o que foi dito porque, o que melhorou foi a componente realística dos relatórios que revelaram uma aproximação à realidade. Quando, em 2019, estamos a discutir dados referentes a 2018 e percebemos que transitaram 134 processos, foram instaurados 84 e reabertos 61, a análise que fazemos é que as coisas vão sendo empurradas para frente, nada se resolve e os problemas vão-se avolumando. Todos desejaríamos que não houvesse tanta criminalidade, tanto consumo de estupefacientes e de álcool e problemas de empregabilidade na faixa etária entre os dezoito e os vinte e um anos que este relatório não espelha.

As políticas sociais dos últimos 22 anos estão comprometidas sem a resolução dos problemas de forma satisfatória e não é por falta de dinheiro. É necessário operacionalizar medidas nas escolas e junto das famílias para que o dinheiro que lhes é atribuído como apoio à precariedade, revele resultados diferentes dos que aqui constatamos.

Não há falta de dinheiro nas escolas que chegam até a fornecer refeições a um euro ou mesmo de forma gratuita. O problema é outro e a autarquia tem uma responsabilidade partilhada, quanto mais não seja do foro moral e ético, porque também injeta apoios financeiros diretamente no seio das famílias carenciadas e não só.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Desafio o senhor presidente da Mesa da Assembleia a criar um ponto na ordem de trabalhos de numa próxima sessão desta Assembleia para que os presidentes destas comissões, para as quais esta Assembleia nomeia alguns dos seus elementos e cidadãos de reconhecido valor, nos façam um ponto da situação do trabalho desenvolvido e possamos, dentro das competências deste órgão deliberativo, ajudar a melhorar o nosso concelho no âmbito do trabalho de cada uma dessas comissões.

Sr. presidente da Câmara: – Uma boa parte dos processos transitam de ano para ano e acompanham as crianças desde os dois, três, quatro ou cinco anos de idade até à maioridade quando atingem a sua autonomia e é importante chamar a atenção desta Assembleia que, muitos destes casos, nada têm a ver com pobreza. Por detrás disto estão muitos divórcios, famílias desfeitas e disfunções sérias que envolvem muitas crianças da classe média e alta. Não equacionemos isto como pobreza porque esta matéria é bem mais complexa e esta comissão acompanha muitas crianças e jovens de meios privilegiados da sociedade.

No que respeita a sucessos e insucessos de políticas sociais, queria lembrar o senhor deputado - que é um pouco mais novo do que eu - que há 22 anos a grande luta era ver como as crianças completavam os primeiros quatro anos de escolaridade. Participei nesse processo com grande intensidade e, em vez de 50, havia milhares de casos.

Deram-se passos verdadeiramente gigantescos neste arquipélago ao longo destes anos. Os senhores agora são oposição, estão com aquela palavrinha dos 22, daqui a tempos hão de ser 24, 26, 30 e por aí adiante. Isso só vos faz bem mas temos que olhar para estas coisas com serenidade e abertura de espírito para se perceber o que já foi feito porque se tem avançado de uma maneira absolutamente extraordinária. Participei neste processo, estive no seu epicentro durante muitos anos, conheci milhares de situações, olhava para os serviços de ação social, para as escolas todas e não apenas para as situações de Angra e o que aconteceu foi um verdadeiro milagre. Há 22 anos não diria que hoje teríamos estes números e esperava até que fossem muito piores. Hoje estamos aqui a falar também de gente rica e há uns anos falávamos da miséria absoluta. Não devemos falar de cor e usar isto como objeto de arremesso na luta político partidária porque o assunto é bastante mais profundo do que isso.

Sra. d. m. Marília Vargas: – No sentido de tentar melhorar a falta de comunicação que tem havido entre as comissões e a Assembleia, penso que seria importante a publicação das atas do Conselho Municipal de Segurança no servidor de ficheiros da Câmara antes das sessões da Assembleia para nos informarmos do conteúdo das reuniões e assim podermos melhorar a nossa participação como deputados municipais.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Não pretendia intervir neste ponto, até porque faço parte desta comissão através de uma associação de pais de uma escola do concelho, mas vou tentar pôr um pouco de água na fervura a respeito de duas ou três coisas que foram aqui ditas porque o quadro não é assim tão negro como o pintou o senhor deputado Luís Rendeiro nem é tão cor-de-rosa como afirmou o senhor presidente da Câmara.

Existem, de facto, problemas reais com algumas crianças e jovens ao longo do seu percurso, alguns reincidentes, e uma diversidade de situações sobre as quais não me sinto muito à vontade para falar por não se enquadrarem na minha área de intervenção e porque estou lá pela mera casualidade de fazer parte de uma associação de pais e não por qualquer competência técnica ou valia que possa trazer aos trabalhos que lá ocorrem. Digo isto com alguma distância, reconhecendo o trabalho que tentam fazer.

Nem sempre a solução passa pela criação de mais um mecanismo de intervenção. Não sei dizer se estaríamos melhor com ou sem estas comissões do ponto de vista do acompanhamento destes jovens aqui sinalizados mas reconheço o grande empenhamento na resolução dos problemas.

Pelo que tenho visto ao longo dos anos, alguns comportamentos têm a ver com o absentismo escolar e com o consumo de álcool. De acordo com a nova legislação aprovada há cerca de seis meses na Assembleia Legislativa Regional, os jovens com menos de dezoito anos sinalizados a beberem uma cerveja poderão ser chamados a esta comissão mas as situações desta natureza parecem-me desenquadradas do que deveria ser o trabalho destas comissões que não têm a vocação nem uma estrutura humana que lhes permita lidar com todas as bebedeiras que os

menores de dezoito anos apanham durante os fins de semana. Há um problema efetivo de excessiva tolerância cultural e de falta de fiscalização e acompanhamento dos locais de fornecimento de bebidas alcoólicas. Os próprios pais, por vezes não se importam que os filhos ainda muito novos, bebam uma cerveja, algo que é nefasto até para a própria saúde.

Não se pode esperar que estes organismos, que contam com pouco mais de uma dúzia de pessoas a tempo inteiro ou outras que desempenhem funções apenas durante algumas horas por semana, resolvam todos os problemas que, na maior parte das vezes, surgem a montante e resultam já numa intervenção de alguma forma corretiva. Poderia haver uma maior fiscalização e intervenção junto das entidades que servem bebidas alcoólicas ou diferentes processos de licenciamento além da adoção de outras soluções antes que as coisas cheguem a este ponto.

Deixo aqui estas palavras para tentar que percebam um pouco o que está por detrás desta comissão. Como já disse, apesar de lá estar há alguns anos, não tenho ainda uma noção do grande envolvimento e da eficácia na resolução de determinados problemas mas tenho uma opinião claramente definida da importância da intervenção desta comissão em desviar crianças de situações perigosas.

Falou-se aqui em chamar cá os membros nomeados para este órgão mas recorde que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens não tem nenhum representante da Assembleia Municipal, apenas cidadãos de reconhecida idoneidade, e poderia haver algum outro mecanismo que nos permitisse o acesso a estas informações sem «massacrar» os representantes designados para estes organismos, obrigando-os a virem cá prestar contas daquilo que fazem.

Não se registaram mais intervenções. A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório anual de atividades e avaliação da Comissão de Crianças e Jovens de Angra do Heroísmo constante do Ponto 1.11.

1.12 - Listagem de assunção de compromissos plurianuais correspondente ao período de 13-11-2018 a 13-02-2019. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho.

Sr. presidente da Câmara: – Esta listagem deve ser obrigatoriamente comunicada e votada anualmente na Assembleia Municipal. Corresponde a todos os contratos e compromissos que estão em vigor e não foram completamente satisfeitos no ano anterior.

O documento constante do Ponto 1.12 foi aprovado por maioria com 34 votos a favor (23 do PS, 1 da d. m. independente e 10 do PSD) e 2 abstenções do CDS-PP.

1.13 - Revogação do Plano de Pormenor Rua Jacinto Cândido - Av. Infante D. Henrique - Rua Dr. Henrique Braz - Quarteirão dos Silos. Para deliberação do órgão deliberativo nos termos do n.º 3 do artigo 127.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Sr. presidente da Câmara: – Pretende-se a revogação do Plano de Pormenor do quarteirão dos Celeiros feito a pedido do novo proprietário daquele espaço que lhe pretende dar um uso diferente daquele que o anterior proprietário tinha destinado e que consta deste Plano.

O documento constante do Ponto 1.13 foi aprovado por unanimidade.

2. DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.1 - Eleição de um cidadão de reconhecida idoneidade pública a fim de substituir Catarina Rocha no Conselho Municipal de Segurança nos termos da alínea m) do artigo 4.º do respetivo Regulamento.

Após votação por escrutínio secreto foi eleito por maioria com 33 votos a favor, 2 abstenções e 2 votos contra, o cidadão Délio Francisco Freitas Ormonde Borges.

A senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 13h40m do dia 20 de fevereiro de 2019, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros

A 1ª Secretária

Tânia Gil da Rocha Lemos